A LAVOURA

FUNDADA EM 1897
ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA E DAS CLASSES RURAIS DO ESTADO DA GUANABARA

ANO LXIX

JULHO-AGÔSTO 1966



Curso de Treinamento Agrícola da E.H.W.B.
Projeto de Suinocultura. Raça Duroc Jersey



242

ÍNDICE

A Lavoura ... 3

A nova fase do Associativismo Rural (Edgard Teixeira Leite) ... 4

Eng. Ildefonso Simões Lopes ... 5

Um bom exemplo do Paraguai (Geraldo Goulart da Silveira) ... 6

Reminiscências — Sociedade Brasileira de Apicultura (Luiz Marques Poliano) ... 7

Suplementos minerais para ruminantes (Jeremias Abreu) ... 10

Vida Cara (J. Sampaio Fernandes) ... 12

Curso Especial Prático Agrícola ... 14

Convenio FFAP-SNA ... 16

São Pedro dos Ferros, Capital do zebu leiteiro ... 18

Criação de Patos para Carne ... 20

Vitalino ... 22

Notas sôbre a conferência interamericana de líderes da juventude rural ... 24

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em 1965 ... 26

Engorda de Bovinos sob confinamento (Julio Cesar Covelo) ... 34

Notícias e Informações ... 39

Pecuária de Corte (Oscar L. Osorio Rheingantz) ... 40

Clima e Política (Adalberto Serra) ... 44

Legislação Agrícola ... 47

Nossa capa: Suinocultura — Foto tirada na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Projeto de Suinocultura. Raça Duroc Jersey (Curso de Treinamento Agrícola).

Penha — Estado da Guanabara

A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e orgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura

ANO LXIX

Janeiro 1965 a Agôsto 1966

Presidente da Sociedade
Eng. Agrônomo
LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor Responsável
e Redator Secretário
LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico
Eng. Agrônomo KURT REPSOLD

Redator Técnico
Eng. Agrônomo GERALDO
GOULART DA SILVEIRA

Chefe de Publicidade
CARLOS ALBERTO SOARES

Redação e Administração:
AV. GENERAL JUSTO, 171
ZC-3.º — GB

Telefone 42-2981

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3.549, DE 18 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — Dr. MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA
Presidente Benemérito — Dr. WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES

DIRETORIA GERAL

Presidente	— LUIZ SIMÕES LOPES
1.º Vice-Presidente	— EDGARD TEIXEIRA LEITE
2.º Vice-Presidente	— KURT REPSOLD
3.º Vice-Presidente	— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO
1.º Secretário	— FREDERICO MURTINHO BRAGA
3.º Secretário	— GERALDO GOULART DA SILVEIRA
4.º Secretário	— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA
1.º Tesoureiro	— RAFAEL XAVIER
2.º Tesoureiro	— OTTO FRENSEL
Secretário-Geral	— LUIZ MARQUES POLIANO

DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE
BEN-HUR FERREIRA RAPOSO
ENNIO LUIZ LEITÃO
FLÁVIO DA COSTA BRITO
LUIZ HERMANY FILHO
OSMAR LOPES REZENDE
JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO
JÚLIO CÉSAR COVELLO
MARIO DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

CADEIRA		*OCUPANTE*
1 — ENNES DE SOUZA	—	Rafael da Silva Xavier
2 — MOURA BRASIL	—	Alberto Ravache
3 — CAMPOS DA PAZ	—	Geraldo Goulart da Silveira
4 — BARÃO DE CAPANEMA	—	Kurt Repso'd
5 — ANTONINO FIALHO	—	Luiz Marques Poliano
6 — WENCESLAU BELLO	—	Armenio da Rocha Miranda
7 — SYLVIO RANGEL	—	Ennio Luiz Leitão
8 — PACHECO LEÃO	—	Frederico Murtinho Braga
9 — LAURO MÜLLER	—	
10 — MIGUEL CALMON	—	Heitor Grillo
11 — LYRA CASTRO	—	Joaquim Bertino de M. Carvalho
12 — AUGUSTO RAMOS	—	Edgard Teixeira Leite
13 — SIMÕES LOPES	—	Luiz Simões Lopes
14 — EDUARDO COTRIM	—	Jayme Bernardes Cotrim
15 — PEDRO OZÓRIO	—	Paulo Simões Lopes
16 — TRAJANO MEDEIROS	—	Luiz Hermanny F.º
17 — PAULINO CAVALCANTI	—	Luiz Guimarães Júnior
18 — FERNANDO COSTA	—	Iris Meinberg
19 — SÉRGIO DE CARVALHO	—	Júlio César Covello
20 — GUSTAVO DUTRA	—	Oswaldo Balarin
21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE	—	José Augusto B. de Medeiros
22 — IGNÁCIO TOSTA	—	
23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO	—	Fábio Lux Filho
24 — JOSÉ BONIFÁCIO	—	Mário Penteado de F. e Silva
25 — LUIZ DE QUEIROZ	—	Francisco de Assis Iglésias
26 — CARLOS MOREIRA	—	
27 — ALBERTO SAMPAIO	—	Honório Monteiro Filho
28 — NAVARRO DE ANDRADE	—	José Car'os de Macedo Soares
29 — ALBERTO TORRES	—	Rômulo Cavina
30 — SÁ FORTES	—	Otto Frensel
31 — THEODORO PECKOLT	—	Oswaldo Lazzarini Peckolt
32 — RICARDO DE CARVALHO	—	Rômulo Joviano
33 — BARBOSA RODRIGUES	—	José Sampaio Fernandes
34 — GONZAGA DE CAMPOS	—	Sylvio Fróes Abreu
35 — AMÉRICO BRAGA	—	
36 — EPAMINONDAS DE SOUZA	—	
37 — MELLO LEITÃO	—	João Carlos Bello Lisboa
38 — ARISTIDES CAIRE	—	Milton Freitas de Souza
39 — VITAL BRASIL	—	Flávio da Costa Santos
40 — GETÚLIO VARGAS	—	

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes Órgãos: Comissão Permanente de Exposição e Feiras (Ministério do Trabalho) — Dr. Alberto Ravache; Suplente, Luiz Marques Poliano; *Instituto Brasileiro de Educação e Cultura* (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Luiz Simões Lopes; *Conselho Internacional de Comércio e Produção — Dr. Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acôrdos Comerciais* (Ministério das Relações Exteriores) — Dr. Alberto Ravache; *Conselho do Mérito Agrícola* — Kurt Repsold; *Suplente, Ben Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da S. Azevedo; Conselho Federal Consultivo de Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.*

A LAVOURA

Voltamos, com êste número, ao cenário da imprensa especializada do país, no campo da agricultura.

A interrupção de quase dois anos, independente de nossa vontade e esfôrço, tem os seus motivos superados.

Verificamos, com orgulho, que, no interregno, a nossa ausência foi sentida, não só no país como no exterior.

Aqui estamos de volta, esperançosos de que o curso de "A Lavoura" não mais se interrompa.

Assim o desejamos ardentemente, e confiantemente nos lançamos a esta nova etapa.

Contamos, para tanto, com a ajuda de nossos assinantes e dos nossos anunciantes. Também não prescindiremos do apoio do corpo social da Sociedade Nacional de Agricultura de que a velha revista é órgão, como de nossos devotados colaboradores.

Os nossos setenta anos de existência reclamam todo o empenho em conservar, melhorando, a mais antiga revista dedicada aos assuntos do campo, em circulação no Brasil.



A NOVA FASE DO ASSOCIATIVISMO RURAL

Edgard Teixeira Leite

Estas linhas são escritas especialmente para a "A Lavoura", quando se reinicia a publicação da prestigiosa revista da Sociedade Nacional de Agricultura.

Com quase oitenta anos de existência, é das mais categorizadas dentre as suas congêneres no país, com larga penetração, quer no Brasil, quer no continente. Nela colaboraram homens dos mais eminentes e ilustres, e constitui uma das mais autorizadas fontes para a história de nossa Vida Rural.

Retorna à sua atividade no momento em que o Associativismo Rural inicia uma nova fase, através da Sindicalização.

Durante cêrca de vinte anos era ela apenas uma espectativa, consignada na Consolidação das Leis de Trabalho. Graças à tenacidade e ao idealismo de Fernando Ferrari, passou de mera expressão legislativa ao campo da prática. Isso se concretisou pelo Estatuto do Trabalhador Rural.

Em cêrca de treze anos o Associativismo foi regido pelo Decreto-Lei 8.127, mercê do qual se operou um movimento de incontestável valor, para a aglutinação da classe, com a criação da Confederação Rural Brasileira, órgão de cúpula, as Federações e uma Associação em cada município.

Exigiu isso muito sacrifício, muito esforço, e só pôde ser levado avante pela dedicação e espírito publico dos homens que, em todo o país, lideram a classe.

Vale lembrar que em cêrca de oitenta anos, apenas foram criadas, menos de duas dezenas de associações — entre elas a veterana Sociedade Auxiliadora da Agricultura, de Pernambuco, certamente a mais antiga do país com existencia efetiva, e a nossa Sociedade Nacional de Agricultura, poucas outras na Bahia, no Rio Grande do Sul, etc..

Entretanto, em menos de três lustros, na vigência do Decreto-Lei 8.127, foram fundadas, além da Confederação, vinte e duas Federações e mais de duas mil Associações, numa rêde cobrindo quase todo o território pátrio.

Apesar do deficiente funcionamento em muitos casos, representa êste movimento valiosa demonstração da capacidade da classe rural. E isso se patenteou de modo incontestável através de Conferências Nacionais, Reuniões Regionais, Concentrações de vários tipos, além de uma massa enorme de publicações, dentre elas a "Gleba", que permitiram dar um sentido de comunicação e de esclarecimento no meio rural brasileiro, mantendo uma ação vigilante e permanente em defesa dos seus direitos. Teve ainda, em cada capital dos Estados e no Rio de Janeiro, uma tribuna, livre, vibrante e independente, nas suas Federações e Confederações, da qual se utilizaram os mais destacados representantes da nossa classe e dos podêres públicos, mantendo diálogos construtivos sôbre os grandes problemas nacionais.

Mas o associativismo, nos moldes do Decreto-Lei 8.127, tinha o seu ponto fraco na falta de recursos para manter as organizações em atividade eficiente, vivendo de escassas subvenções federais e estaduais e de minguadas contribuições da própria classe.

Ela que, pela sua área de ação, (quase todo o território nacional), e pelo número de homens em atividade, é sem dúvida das mais importantes do país, não pôde ainda vencer o espírito particularista do nosso homem do campo, que continua a ser extremamente individualista. É a reação da fraqueza do Associativismo Rural, que nunca se tornou um instrumento de ação prática como poderia ser. Daí a importância que representa a Sindicalização, que permite a arrecadação, na área patronal, do impôsto sindical.

Mas para que tal se realizasse, (estava inscrito no Estatuto do Trabalhador Rural há quase três anos), foi necessário que se tornasse exequivel a sua cobrança.

Pela Consolidação, devia ser pago de acôrdo com o capital registrado da emprêsa. Ocorre que na Agricultura, reduzido número preenche estas condições. E assim foi se adiando a cobrança do Impôsto.

Graças à Confederação Rural Brasileira, tal obstáculo pôde ser vencido. Sugeriu nêste sentido ao Sr. Presidente da Repkblica, que, mediante lei especialmente votada, fôsse considerado como base para a cobrança do impôsto sindical, o valor atribuido à propriedade agricola, para pagamento do impôsto territorial.

Aproveito aqui para declarar por espírito de justiça, o decidido apôio que tal sugestão encontrou do Sr. Marechal Castello Branco e do seu Ministro do Trabalho, Dr. Arnaldo Sussekind.

Presidindo então a Confederação Rural Brasileira, participei largamente deste movimento que permitiu, no reduzido prazo de sete meses, da data da Exposição da CRB propondo a medida referida, até o primeiro recebimento, se implantasse uma das mais importantes medidas para dar ao associativismo condições de efetivo funcionamento.

Foi inestimável serviço que a Confederação Rural Brasileira, na véspera da sua transformação em Confederaçãoã Nacional de Agricultura, prestou à nossa classe.

Cabe aqui pôr em destaque que o impôsto sindical é uma contribuição da própria classe, em seu próprio benefício, nada pesando no Tesouro Nacional. Muito ao contrário, pois 20% da arrecadação é encaminhada ao Ministério do Trabalho.

Pode agora o associativismo brasileiro ter organicidade dinâmica, tornando-se um dos mais poderosos instrumentos de ação econômica, em defesa dos interêsses da Agricultura, da Pecuária e da Indústria Extrativa Animal e Vegetal.

Cumpre agora aos líderes desta grande classe, demonstrar mais uma vez sua capacidade, pelo aproveitamento desta singular oportunidade em benefício da Classe Rural do Brasil.

ENG. ILDEFONSO SIMÕES LOPES



CENTENÁRIO DE NASCIMENTO

Transcorreu a 19 de novembro dêste ano o Centenário de nascimento do Eng. Ildefonso Simões Lopes, antigo Ministro da Agricultura, deputado estadual e federal, por longos anos presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, grande animador do movimento associativista da classe rural brasileira.

A fim de dar maior brilhantismo à efeméride, foi constituída na Sociedade Nacional de Agricultura uma comissão de representantes de entidades públicas e privadas, incumbida de dar corpo a uma série de providências visando à referida homenagem póstuma.

A Comissão ficou assim constituída: Francisco Saturnino de Britto Filho, do Clube de Engenharia; Joaquim Bertino de Morais de Carvalho, do Ministério da Agricultura; Heitor Campê'o Duarte, do Banco do Brasil; Paulo Simões Lopes, representando a Família; Kurt Repsold e Luiz Marques Poliano, da Sociedade Nacional de Agricultura, êste como Coordenador dos trabalhos.

Do programa organizado e já em execução, constam:

— Cunhagem de uma série de medalhas;
— Sessão magna na Sociedade Nacional de Agricultura;
— Sessões em outras entidades públicas e privadas;
— Publicação de um resumo histórico consignando os principais fatos da vida do saudoso homem público;
— Romaria ao túmulo do homenageado;
— Inauguração de retrato a óleo e de uma placa em bronze no salão nobre da S.N.A., que passará a ter o seu nome.

Tem tido a maior repercussão e a mais simpática acolhida nos meios em que o Engenheiro Ildefonso Simões Lopes, por mais de meio século atuou a demonstração de aprêço que essa comemoração representa, como um preito à sua inigualável dedicação ao Brasil.

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira
Redator Técnico da "A Lavoura"

UM BOM EXEMPLO DO PARAGUAI

Duas importantes leis do março de 1963 estão em vigor no Paraguai, com o objetivo não só de dar nova feição à sua estutura agrária, como também de propiciar a real integração da população rural ao desenvolvimento econômico e social do país.

São elas a Lei n.º 852, de 22 de março, que criou o Instituto do Bem-Estar Rural; o a Lei n.º 854, de 29 de março, que estabeleceu o Estatuto Agrário.

Com tais elementos, está o govêrno do ilustre General Alfredo Stroessner vivamente empenhado em resolver, de uma maneira criteriosa, equilibrada e justa, o problema da Reforma Agrária em seu país, que tivermos a oportunidade de visitar recentemente.

O Instituto do Bem-Estar Rural é uma autarquia que, de acôrdo com o artigo 2.º da Lei que o instituiu tem como objetivo "transformar a estrutura agrária do país e a incorporação efetiva da população campesina ao desenvolvimento econômico e social da Nação, mediante soluções legais quo permitam eliminar progressivamente o latifúndio e o minifúndio, substituindo-os por um sistema justo de propriedade, posse e exploração da mesma, uma adequada organização de crédito, da produção e de sua comercialização, assistindo inteligentemente os produtores do campo para quo alcancem sua estabilidade econômica, como garantia de sua liberdade e dignidade e como fundamento do bem-estar social.

O Estatuto Agrário, cuja aplicação está a cargo do Instituto do Bem-Estar Rural, de acôrdo com seu artigo 1.º "estimula e garante a propriedade imobiliária rural que cumpre com uma função social econômica, contribuindo para o bem-estar rural e o desenvolvimento da economia nacional".

Viajando pelo Paraguai, tivemos a oportunidade de sentir o entusiasmo e o interesse dos responsáveis pela condução do programa governamental, no sentido da solução do problema da Reforma Agrária, dentro das peculiaridades da vida e do meio rural do país.

Há muito entusiasmo e trabalho.

O Paraguai progride.

Entre as muitas coisas para as quais tivemos a atenção despertada, desejamos no momento destacar o fato de, entre os beneficiários do Estatuto Agrário, terem sido incluidos, com justa e merecida razão:

a — as Cooperativas Rurais;
b — os agrônomos e veterinários titulados;
c — os conscritos das Fôrças Armadas da Nação, procedentes do meio rural.

Com isto dá o Paraguai um belo exemplo àqueles que se preocupam com problemas de reforma agrária, demonstrando um real interesse pelo cooperativismo; reconhecendo o relevante papel dos agrônomos e veterinários e propiciando uma justa recompensa aos que concluem o serviço militar.

Com relação aos conscritos é de tôda oportunidade que sejam destacados os artigos 19, e 20 da lei que estabeleceu o Estatuto Agrário.

Diz o artigo 19 que os conscritos das Fôrças Armadas da Nação procedentes das zonas rurais "receberão, enquanto as circunstâncias permitirem, um curso intensivo de adestramento agropecuário".

Conforme se verifica, ao lado da instrução militar, terão os conscritos um treinamento agropecuário, visando torná-los não apenas bons soldados, mas também bons agricultores e criadores.

O artigo 20 estabelece que "o licenciado do serviço militar obrigatório que completar o curso de adestramento terá direito a um lote agrícola que lhe adjudicará o Instituto de Bem-Estar Rural para ser paga no prazo máximo que a lei estabelece.

Observa-se, portanto, naquele país um perfeito entrozamento do Ministério de Defesa Nacional com o Instituto do Bem-Estar Rural no sentido de uma ampla, efetiva e oportuna colaboração das Fôrças Armadas para fins do bem-estar rural.

Está o Paraguai encarando, com realismo, o seu problema agrário, e encontrando soluções próprias para êsse problema.

Oxalá em um futuro bem próximo esteja o povo paraguaio desfrutando um elevado padrão de vida assegurando expressivo desenvolvimento agropecuário decorrente de uma acertada política agrária cujos reflexos sôbre a economia nacional serão, indiscutivelmente, os mais benfazejos.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE APICULTURA

Luiz Marques Poliano

Na sessão da Diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura, de 25 de outubro de 1921, o Sr. Emílio Schenk, apicultor ilustre e incansável, solicitou da entidade a sua colaboração à formação de uma associação destinado a congregar os apicultores do país.

Emílio Schenk, professor de Apicultura, contratado, do Ministério de Agricultura, foi o autor do "Apicultor Brasileiro", com edições de 1901, 1906, 1910, 1918 (P. Alegre), 1922 e 1923 (R. de Janeiro).

Segundo se vê do Prólogo da primeira edição, destinava-se ê s t e livro, a ser o "Guia para a Apicultura no Brasil", e se impunha como complemento à Revista "Brasilianische Bienenpfleg" que tinha sido, "durante três anos, o único conselheiro para os apicultores brasileiros".

A criação de uma associação especializada seria portanto o carolória dêste longo trabalho em pról da delicada atividade rural e, parisso, o Presidente da reunião, 1.° Vice-Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Deputado Geminiano Lyra Castro, como não podia deixar de ser, deu à idéia, não só o apôio moral mas também material da entidade.

Era então Presidente efetivo desta o futuro Ministro da Agricultura, antigo titular da pasta da Viação, Indústria e Obras Públicas do Govêrno Afonso Pena, Miguel Calman du Pin e Almeida.

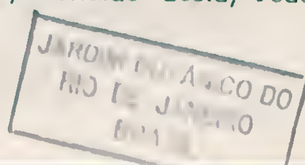
Foi fundada a 27 de janeiro de 1922, tendo sido os seus estatutos publicadas no Diário Ofiical de 28 daquele mês, à página 2192, funcionanda na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, à Rua 1.° de Março n.° 15.

Tinha por fim "incrementar o desenvolvimento da indústria apícola".

Compunha-se a diretoria de presidente, vice-presidente, secretária geral, sub-secretário, tesoureiro e diretor técnico, além de um Conselho Fiscal de 3 membros. Não podia ser dissolvida enquanto dispuzesse de meios de subsistência. Em caso de dissolução a assembléia gerol resolveria sôbre o destino do patrimônio.

No D. O. do dia seguinte, à página 2.194, vem uma retificação, pois o tipógrafo, onde se inscreviam as p a l a v r a s **apicultura** e **apícola,** calacou **agricultura** e **agrícola**. Após a instalação reuniu-se com certeza até 12 de maio de 1927.

Da segunda sessão ordinária da S.B.A., realizada em 7 de abril do ano do Centenário, participaram, dentre outros apicultores e interessados, conforme consta do seu livro de presença, os seguintes: W. Almeida, Emílio Schenk, D á r i o Sgarbi, Otto Koptcke, Cândido Costa, Joaquim Bessa,



José Rameira Pires, João de Aguiar Pont[illegible]ja, Rodolfo Baiano, Edmundo Blandet, José Rodrigues, Francisco Ferreira de Almeida, Castro Júnior, Pacheco Leão.

Em 1925, reuniu-se a Sociedade para a sua reorganização e, no ano seguinte, a 21 de janeiro uma outra sessão se realizou com o mesmo objetivo e também para a eleição da Diretoria.

Pelo documento que compulsamos, a Sociedade Brasileira de Apicultura reuniu-se em sessões e assembléias ordinárias e extraordinárias de 1922 a 1927, 31 vêzes.

Temos notícia de que chegou a publicar a "Revista Brasileira de Apicultura", pois numa carta datada de Floriano, Piauí, de 28 de novembro de 1925, Thyrso Ribeiro Gonçalves, sucessor de Cranemberger & Ribeiro, pedia a representação no Estado, ao gerente da revista, anotando que no Piauí havia "grande quantidade de abelhas porém não eram criadas sistemàticamente", acrescentando que a revista poderia "servir de guia para os incipientes criadores de abelhas do Piauí".

Terminou passìvelmente a Sociedade Brasileira de Apicultura com o desaparecimento do seu idealizador, o Prof. Emílio Schenk, que àquela época, a pedido da Sociedade Nacional de Agricultura, instalou no então Aprendizado Agrícola Wencesláo Bello, hoje Escola de Horticultura, um apiário modêlo.

Ficou com isso, pelo menos neste caso, contrariado o conceito de que os homens passam e as idéias ficam.

É preciso que alguém retome as idéias de Emílio Schenk.

AUSPICIOSAS PERSPECTIVAS NO SETOR DO SEGURO AGRÍCOLA

Entra na fase de implantação definitiva a Companhia Nacional de Seguro 'Agrícola

Após um decênio de experiência frustrada por fatôres de naturezas diversas, entra o Seguro Agrícola em fase de implantação definitiva.

Apesar dos resultados obtidos, muita coisa ficou esclarecida com real proveito para o presente e para o futuro, tanto no setor administrativo como no setor técnico, neste principalmente.

Podemos afirmar, entretanto, que a experiência não custou caro; muito ao contrário; seria uma grande ventura para nosso País, se tôdas as experiências tecnológicas custassem o preço do seguro agrícola.

Após dois exercícios com as operações industriais pràticamente em recesso, onde se acertavam métodos e modos mais adequados e factíveis ao nosso meio e às nossas necessidades, entra o seguro agrícola em nova fase, na dependência, apenas, da continuidade do apoio governamental, como até agora tem sido feito para sua implantação definitiva.

O Banco do Brasil S. A., mui especialmente, já se dispôs a programar a efetivação do seguro agrícola, através da Companhia, em todos os financiamentos dirigidos à agropecuária da região Centro-Sul do País; para aplicação imediata do que estipula a Lei n.º 4.430, acertam-se as normas técnicas e administrativas do convênio a ser subscrito ainda em agôsto de 1966.

O IBRA e o INDA ajustam as formas dessa interveniência da CNSA nos programas de Reforma Agrária; quarenta núcleos de colonização, operados pelo INDA e já instalados em várias das regiões do Brasil, terão as suas cooperativas de seguro agrícola vinculadas ao trabalho da CNSA e por ela supervizionadas.

O Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina finaliza estudos para a assinatura de um convênio de cobertura aos financiamentos levados ao produtor rural daquele Estado; idênticamente, a Secretaria de Agricultura e a Coordenação do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, estudam as formas de validação do Seguro Agrícola naquela área.

No Estado do Paraná, a Secretaria de Agricultura finaliza os estudos para assinatura do convênio específico para o Seguro Pecuário, entregando à CNSA a cobertura de, inicialmente, 2.500 novilhas mestiças da raça Holandesa. De outro lado, o Ministério da Agricultura presta-se à assinatura de acôrdo para o Seguro Pecuário de Animais da Revenda, cujos planos nos darão a previsão de elevados contratos.

O Banco do Estado de São Paulo, anulados os efeitos do ato político ocorrido naquele Estado, estará em condições de subscrever o convênio já apresentado em sua forma final e devidamente aceito pela Assessoria Técnica de sua Carteira Agrícola.

O Estado do Espírito Santo, trabalhado novamente em dias passados, firmará convênio para o Seguro Agrícola nos créditos deferidos pelo Banco de Crédito Agrícola do Estado; ainda mais, convênio com a Cooperativa de Produtores de Leite de Cachoeiro de Itapemirim (800 cooperados), para o Seguro de seus rebanhos e reprodutores.

No Estado do Rio de Janeiro, aguarda-se a estruturação de um acôrdo para a interveniência do Seguro Agrícola no Plano Integrado de Desenvolvimento Agrícola.

Dentro dessas perspectivas, acreditamos que, desta vez, o Seguro Agrícola vai preencher, na realidade, uma grande lacuna existente em nossa economia rural, contribuindo com ponderável parcela para a melhoria da produção brasileira.



Minerais contribuem para acabar com o espetáculo dos ossos à mostra

Suplementos minerais para ruminantes

Jeremias Abreu
Executor do P. N. M. G.

EM colaboração com o Programa Nacional de Mineralização do Gado, o SIA (Serviço de Informação Agrícola), fêz publicar valiosa monografia sob o título "SUPLEMENTOS MINERAIS PARA RUMINANTES". O trabalho é de autoria do prof. José de Alencar Carneiro Viana e constitui uma das melhores contribuições ao estudo da questão dos Sais Minerais na alimentação do gado.

O FÓSFORO E A FERTILIDADE

SABE-SE que em várias regiões do país, com especialidade no Norte e Nordeste, as enfermidades por carência de sais minerais vêm preocupando sèriamente os técnicos do Ministério da Agricultura e criadores em geral. A pobreza de Fósforo em algumas pastagens é de tal ordem que a percentagem de nascimento de bezerros, em inúmeras fazendas daquela região, não vai além de 35%, daí resultando elevado prejuízo para o proprietário.

O baixo índice de fertilidade, observado sobretudo em bovinos criados em regime de campo, encontra explicação na irregularidade do cio das fêmeas, na ausência de ovulação na ovulação defeituosa e em causas ligadas à constituição da célula reprodutora masculina.

EM casos dessa natureza, desde que não se constatem infecções do trato genital feminino, ou doenças infecciosas, como por exemplo a Brucélose e outras, é quase certo que tais distúrbios se verifiquem pela presença de uma hipofosforose.

O FÓSFORO E O DESENVOLVIMENTO

POR outro lado, a escassez de Fósforo, no organismo, retarda o crescimento e prejudica sensìvelmente o ganho de pêso dos animais, fatôres negativos na balança econômica do país.

ESSAS e outras razões é que fazem da monografia do prof. Carneiro Viana um dos mais oportunos trabalhos sôbre o problema da suplementação de sais minerais na alimentação do gado.

A EXPERIÊNCIA DE FORA

VAMOS transcrever, para conhecimento de técnicos e criadores, alguns trechos da obra recentemente editada pelo SIA. Diz Carneiro Viana, às fls. 11: "É interessante assinalar que, em vários casos, os conhecimentos iniciais sôbre a essencialidade de determinados elementos, assim como o estudo das doenças de carência que êles produzem, foram realizados em animais em regime de campo. É o caso da deficiência de fósforo, verificada pela primeira vez na África do Sul por THEILER, GREEN & du TOIT que relacionaram determinados sintomas apresentados pelos bovinos ao baixo teor de fósforo na forragem, o qual, por sua vez, estava relacionado com o baixo teor do mineral existente no solo".

REFERINDO-SE ainda a hipofosforose, diz aquêle professor: "A deficiência de fósforo em bovinos, permitiu trabalhos de laboratórios e de campo com resultados dramáticos. Durante longos anos, os criadores da África do Sul esbarraram em sérias dificuldades e consideráveis prejuízos; índices baixos de nascimento de bezerros, crescimento retardado em bezerros e novilhas e, as vezes, alta mortalidade de animais novos e mesmo adultos".

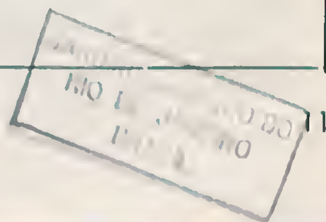
A seguir Carneiro Viana faz referência aos trabalhos realizados por pesquisadores americanos, detendo-se nas seguintes considerações: "As experiências efetuadas em grandes lotes de bovinos permitiram verificar um índice de produção de bezerros de 51% no grupo contrôle contra um índice de 80% no lote recebendo suplemento de fósforo, sob a forma de farinha de ôsso ou fosfato de cálcio". A monogarfia assinala ainda os trabalhos realizados no célebre "KING RANCH, Texas, e ressalta as vantagens do uso de sais de fósforo, quanto ao ganho de pêso e aumento da fertilidade em bovinos criados a campo.

IÔDO, COBRE, COBALTO E OUTROS MICROELEMENTOS

COM relação a êstes e outros elementos (micro e macro), o trabalho de Carneiro Viana mostra a importância de cada um no funcionamento da máquina animal e indica a quantidade necessária ao organismo, ao mesmo tempo que descreve os distúrbios provocados pela escassêz de qualquer dêles.

A FÓRMULA QUE PODE AJUDAR

O Programa Nacional de Mineralização do Gado, já instalado em 10 Estados e com mais de 6.320 exemplares bovinos em experiência, vem usando, a seguinte fórmula: Farinha de Os-



VIDA CARA

J. SAMPAIO FERNANDES

O custo de vida parece e é realmente intolerável para certos setores. Dificilmente os reajustamentos se fazem na hora exata, antes sucede o contrário, pois a cada reajustamento uma onda altista se desenvolve em velocidade vertiginosa e no fim de meia dúzia de meses ou um ano a situação retorna ao ponto crítico. Várias causas exercem sua pressão altista. Umas, antigas, outras, nos momentos dos reajustamentos. Uma das mais graves e cuja culpa cabe ùnicamente aos legisladores de feição demagógica é o custo dos aluguéis, agora em caminho de um reajuste que se negava sistemàticamente, pouco importando aos demagogos as trágicas conseqüências sôbre tantas famílias que nos aluguéis tinham a sua única fonte de proventos, principalmente na burguesia média e baixa. Mas isso fazia parte da linha comunista. Desorganizou a classe média, um dos sustentáculos da linha de vida conservadora. Anos e anos, medidas anuais, legisladas no Congresso, transformavam lares em mendigos, enquanto engordavam os locadores, que subflocavam a preços de inflação. O pior aspecto era o do completo desestímulo aos pequenos proprietários, que dantes sempre mandavam construir suas pequenas casas avenidas residenciais, etc., para fins de locação e renda. Daí o tremendo deficit residencial em tôdas as áreas urbanas, a multiplicação das favelas, e o atual surto de altos aluguéis, cuja propriedade é hoje de elementos especuladores, pela mór parte, dotados de poderosos meios econômicos.

O custo da casa é atualmente uma das causas da pressão inflacionária, mas a responsabilidade cabe inteiramente aos atos de demagogia barata de legisladores inéptos ou filocomunistas.

Outra causa inflacionária terrível, foi a mania megalómana de um presidente que desejou realizar em meia dúzia de anos tarefas que normalmente exigiriam em condições mais cabíveis, vinte ou trinta anos. Brasília foi a cúpula de tal loucura. Ninguém nega que havia antigo desejo e crescente pressão pela construção da nova capital no hinterland brasileiro, mas uma coisa é realizá-la a toque de caixa, em curtos meses, sem olhar gastos, às vêzes, possìvelmente, com abusos nos custos dos materiais e dos serviços e outra gradativamente, como o está sendo Camberra, na Austrália e como o foram Belo Horizonte e Goiânia, entre nós. Estradas de rodagem, necessárias talvez, mas de construção adiável, no momento dos enormes gastos de Brasília e podendo ser equacionadas em fases sucessivas, como as de Brasília-Belém, ou a Brasília-Acre, também iniciadas e terminadas, ou, pelo menos, abertas. Muitas outras pressões inflacionárias poderiam ser ajuntadas às principais, assinaladas.

Causa não menor do desequilíbrio existente encontra-se no desnível acentuado entre os níveis de desenvolvimento nacional. O poderio agro-industrial da região Centro-Sul, a fraqueza econômica das regiões Norte-Nordeste, agravada pela destruição ou quase destruição das facilidades de trocas por cabotagem entre as duas regiões, graças à política trabalhista no setor transporte e no da carga e descarga, que criou nababos da estiva ou do pessoal de bordo dos navios de cabotagem...

Muita coisa tem procurado a revolução consertar, mas o problema é complexo, envolvendo numerosos aspectos. Infelizmente, um setor continua a servir de bode expiatório — é o do custo dos produtos agrícolas para o consumidor ou para o retalhista. Organismos exdrúxulos, só compreensíveis em tempos de exceção, continuam mantendo tabelamentos aqui e ali, pressionando produtores, nos setores do leite, da carne e de alguns produtos básicos, como se tabela ou pressão aumentassem produção ou resolvessem sôbre a escassez dos produtos. Tão velho como dos primeiros códigos e posturas, o problema dos tabelamentos sempre iludiu os consumidores e nunca aumentou a produção, antes a mantém cerceada, porque ninguém trabalha para perder... nem na Rússia. Ou esconde e revende em câmbio negro, ou se desinteressa. Mas é bom negócio êsse, o de ter a faca e o queijo nas mãos, para pressionar intermediários, ou o desgraçado retalhista. Não quero afirmar que haja sempre abusos do poder,

---

Suplementos Minerais...

so (degelatinizada	79 846%
Sal comum	20,000%
Sulfato de Cobre	0,120%
Sulfato de Cobalto	0 026%
Iodato de Potássio	0,008%

CONTRIBUIÇÃO DO SIA E DO PNMG

A monografia "SUPLEMENTOS MINERAIS PARA RUMINANTES" é de distribuição gratuita. Os técnicos e criadores interessados poderão adquirí-la escrevendo para o seguinte endereço:

Programa Nacional de Mineralização do Gado.

Departamento de Promoção Agropecuária.

Ministério da Agricultura.

Largo da Misericórdia. Rio de Janeiro — Guanabara.

mas é fato que os organismos de contrôle têm fôlego de sete gatos e numerosíssimo corpo de funcionários, cuja manutença melhor seria empregada em auxílios à produção e no favorecimento do cooperativismo, quer de produção, quer de consumo.

Mas estará tão cara assim a vida, se a compararmos aos preços dos demais países? Vejamos alguns preços de outros países:

1 — Suíça: preços, retirados do Jornal "L'Agricoltore Ticinese": Carne fresca, média 3.100 o kg; mortadela, 3.560 o kg; presunto sem osso, 8.000, o kg. Ovos, caixa de 6-620, creio que por dúzia, mas não está claro.

2 — Itália — do Jornal "L'ALLEVATORE": manteiga, 2.400 a 2.700, o kg; Galinhas pêso vivo, kg — 2.800 a 3.000; ovos frescos, 600 a 700, a dúzia; porco, atacado pêso vivo, 1.250, o kg; pêso morto, ... (não constava da lista); boi (carne de vaca), 18.000, a arrôba.

3 — Portugal — (informações particulares, seguras): leite, engarrafado, 310, o litro; a varejo — 248, o litro; Carne de vaca, para bife, 3.250, o kg; outras partes, 3.100, o kg; galinhas, 2.325, o kg (faltava a especificação, mas suponho ser por kg, devido às diferenças de pêso. Talvez por unidade, de pêso médio?); pão, tipo pequeno, de café, 31 cruzeiros por peça.

4 — Espanha — Estive uns 2,5 meses na Espanha, em visita a uma filha casada com médico espanhol, além de ter viajado por Portugal, França, Itália, Bélgica e Suíça, podendo apreciar a relativa paridade de preços. O pãozinho, na Espanha custa cêrca de 37 cruzeiros (uma peseta). Em Cadiz, p.ex., paguei por refeição em restaurante modesto, cêrca de 3.100 cruzeiros — em 1964. A única extravagância foi um pouco de vinho tinto, creio. O ônibus que nos servia para ir da cidadezinha em que vive o médico para a capital provincial, a 37 km, velho, sem confôrto, cobrava 833 cruzeiros por viagem... Na Suíça, em Genebra, o ônibus urbano, em trajeto relativamente curto, nos cobrou 40 cêntimos, ou cêrca de 240 cruzeiros. Em Fátima, na estação ferroviária, cobraram-nos, no guarda-bagagem, 8 escudos, por duas malas de 60 cm, ou cêrca de 600 cruzeiros. E tudo, assim, nessa base. E o salário? Em Portugal, a média é de 60 escudos, mais ou menos, diários, na classe operária, ou cêrca de 4.600 cruzeiros por dia. Sendo média, é difícil dizer a quanto corresponderia o salário mínimo. Mas na localidade espanhola a que me referi, o salário dos apanhadores de tomates, era de 2.000 pesetas mensais, ou menos de 80 mil cruzeiros, de sol a sol. Uma casa relativamente modesta — chão de ladrilhos, com sala, três quartos, entrada, banheiro modesto, cozinha quase quitinete, na pequena localidade, regulava 40 contos mensais, em rua sem calçamento adequado. Casas boas, difíceis e poucas, iam a 200-300 mil cruzeiros, embora a cidadezinha seja de uns dez mil habitantes, se os tiver.

Um corte de cabelo, em barbeiro, tipo roça, uns 600 cruzeiros. Poderia multiplicar os exemplos para mostrar que há relativa paridade — agora, entre os preços atuais aqui e os de lá, estáveis há anos, ou com pequenos acréscimos, de pequenas elevações do custo d vida.

Vamos desejar que o país caminhe pouco a pouco para a completa estabilidade monetária, sem a qual não há programação possível para a nossa economia.

Observação: As conversões monetárias o foram ao câmbio da data dêste escrito, julho de 1966. S. F.



Sargentos alunos, acompanhados do Capitão Sylvio Cardoso.

Curso Especial Prático Agrícola

Para Sargentos do Curso de Auxiliares de Granja da Escola de Veterinária do Exército

Atendendo a pedido do Cel. Stoessel Guimarães, Comandante da Escola de Veterinária do Exército, a direção da Escola de Horticultura "Wenceláo Bello" instituiu ali, o "Curso Prático Especial de Horticultura" destinado a complementar o "Curso de Auxiliares de Granja" ministrado naquela Escola do nosso Exército.

Dependia o Comando da Escola de Veterinária do Exército de local apropriado e de professôres para o ensino técnico-prático de hortalicicultura, daí o seu apêlo, acolhido, à Escola de Horticultura "Wencesláo Bello".

O Curso extendeu-se de 18 de março a 27 de julho, tendo os sargentos alunos, sempre acompanhados pelo Cap. Sylvio Cardoso, veterinário, sido submetidos a exame.

É a seguinte a relação dos militares que fizeram o Curso, procedentes de unidades militares de diversos Estados do Brasil:

N.º	NOME		PROCEDÊNCIA
1	Capitão Sylvio Cardoso	—	E. Guanabara
2	2.º Sagt. José Ramos das Neves	—	S. João Del Rei — Minas
3	2.º Sagt. Darcy Vieira Mendes	—	E. Guanabara
4	2.º Sagt. Armindo Miguel Soares	—	E. São Paulo
5	2.º Sagt. Antônio Elias dos Santos	—	E. Guanabara
6	2.º Sagt. Aldenor Pinto Monteiro	—	Belém — E. Pará
7	3.º Sagt. Osmar Moraes Rocha	—	S. Gabriel — R. G. Sul
8	3.º Sagt. Ivo Machado	—	Itaquí — R. G. Sul
9	3.º Sagt. Reginaldo Vilas Boas	—	Uruguaiana — R. G. Sul

Eis o quadro das notas finais:

N.º	NOME	Fruticultura	Hortalicultura	Defesa Sanitária Vegetal	Nota Social
1	— Capitão Sylvio Cardoso	100	100	100	100
2	— 2.º Sagt. José Ramos das Neves	90	70	80	80
3	— 2.º Sagt. Darcy Vieira Mendes	80	70	90	80
4	— 2.º Sagt. Armindo Miguel Soares	70	90	80	80
5	— 2.º Sagt. Antônio Elias dos Santos	80	60	70	70
6	— 2.º Sagt. Aldenor Pinto Monteiro	70	60	80	70
7	— 3.º Sagt. Osmar Moraes Rocha	80	60	70	70
8	— 3.º Sagt. Ivo Machado	90	70	80	80
9	— 3.º Sagt. Reginaldo Vilas Boas	70	90	80	80

Os programas ministrados no curso foram os seguintes:

HORTALICICULTURA

1. Escolha do terreno
2. Preparo do solo. Instalações diversas
3. Adubação
4. Preparo de canteiro — Viveiros — Sementeiras
5. Sementes e semeadura
6. Repicagem e transplantação das mudas
7. Número, espaçamento e alinhametno de plantas por área
8. Irrigação
9. Plantio e tratos culturais
10. Generalidades — Utensílios, ferramentas e máquinas usadas numa horta.

FRUTICULTURA

1. Escolha do terreno
2. Preparo do solo
3. Adubação
4. Preparo e abertura de covas
5. Preparo de mudas
6. Plantio, alinhamento e distâncias
7. Tratos culturais
8. Irrigação
0. Multiplicação vegetal
10. Generalidades — Ferramentas e máquinas usadas num pomar.

DOENÇAS E PRAGAS

1. Principais inseticidas e fungicidas usadas na horta e no pomar.
2. Tratamento das sementes e das plantas
3. Combate às principais doenças e pragas da horta e do pomar.

NOÇÕES DE ESCRITURAÇÃO

1. Generalidades
2. Fichas, mapas e gráficos
3. Preços de custo de produção
4. Confecção de documentos: fichas, mapas, gráficos, etc.

Durante o curso foram ministradas 73 horas de aulas e 28 de coordenação, assim distribuídas:

Professor Agrícola Castelo Borges — aulas de horticultura, combate às doenças e pragas das hortaliças e noções de escrituração .... 45 horas
Coordenação .... 28 horas

Professor João Nunes Castello — aulas de fruticultura e combate às doenças e pragas das principais fruteiras da Guanabara 28 horas
Total .... 101 horas

Funcionou como auxiliar do curso o Sr. Henrique da Silva Neto, antigo empregado da Escola.

O curso foi coroado de pleno êxito conforme se deduz das palavras do Coronel Comandante da Escola de Veterinária em saudação ao Diretor Luiz Marques Poliano.

"A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" preencheu de maneira brilhante uma grande lacuna que havia em nossos cursos, qual seja, dando ao nosso pessoal os conhecimentos técnicos- práticos indispensáveis no setor da horticultura e fruticultura; espero para o futuro contar com tão inestimável colaboração".

Convênio FFAP-SNA

Plano de Trabalho 1966

Dentro dos objetivos do Convênio firmado entre o Fundo Federal Agropecuário e a Sociedade Nacional de Agricultura, a 17 de novembro do ano passado, serão realizados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", em 1966, os seguintes trabalhos:

I — No setor de Ensino:

1) Cursos profissionais de Hortelão, Horticultor e de Fruticultor.
2) Cursos de Treinamento Agrícola.
3) Cursos Avulsos.
4) Cursos Especiais.
5) Cursos Rápidos.

1) **Cursos Profissionais** — Para jovens com o mínimo de 15 anos e o máximo de 17, com o Curso Primário completo. Desdobra-se no **Curso Prévio** (3 meses) e em dois anos letivos completos.

a) Curso Prévio — A partir de dezembro de 1964, inclusive, o recrutamento de jovens, filhos de agricultores, foi feito nos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Guanabara. Foram abertas para êsse Curso 90 vagas, já totalmente preenchidas.

b) **1.º Ano** — Os alunos do Curso Prévio, acima referido, que obtiverem aprovação, passam automàticamente para o 1.º ano dos Cursos Profissionais, a iniciar-se em meiados de março.

c) **2.º Ano** — Cursarão esta série os alunos do 1.º Ano que vieram de 1965, num total de 29 jovens.

2) **Curso de Treinamento** — Os alunos do Curso Prévio que não demonstrarem, em exame, o aproveitamento necessário, serão automàticamente, caso o desejarem, inscritos no Curso de Treinamento. Outros serão recrutados, até perfazerem uma turma de 15 a 20 jovens.

Com as desistências e inadaptações que normalmente se verificam no correr do ano letivo, a turma de internos da "Wenceslão Bello" oscilará entre 70-90 jovens.

Êste Curso funcionará em forma de "Projeto", de acôrdo com as normas e preceitos constantes do Regimento.

3) **Cursos Avulsos** — Está prevista a realização de dois Cursos desta categoria:
a) hortaliciicultura;
b) fruticultura.

Êstes Cursos seguirão o planejamento que consta do Anexo n.º 2.

4) **Cursos Especiais** — Funcionarão no setor de atividades Audiovisuais da Escola:

a) **Recursos Audiovisuais nas Escolas Rurais**

Objetivo do Curso: Familiarizar professôres e outras pessoas que cuidam do ensino rural com os modernos recursos auvisuais que possam ser, com sucesso, utilizados nas escolas primárias rurais.

Alunos: São admitidos professôres, estudantes secundários, normalistas, etc.

Exames: Só serão chamados a exame os alunos que tenham um mínimo de 80% de freqüência.

1.º) Treinamento do pessoal através de Cursos — tais como:

a) Recursos Audiovisuais nas Escolas Rurais;
b) O Cinema e a Educação Rural;
c) Preparo de materiais didático para Escolas Rurais;
d) Higiene e alimentação para os professores da zona rural do Estado da Guanabara;
e) Técnicas Agrícolas nas Escolas Rurais;
f) Recursos de comunicação no meio rural.

2.º) Preparo de material didático para diferentes disciplinas e os diversos cursos ministrados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello".

3.º) Assistência à população rural do Estado da Guanabara.

5) **Cursos Rápidos** — Durante o ano de 1966, serão realizados na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" 54 Cursos Rápidos Agrícolas, versando sôbre os seguintes assuntos:

1 — Apicultura;
2 — Avicultura;
3 — Contabilidade Agrícola;
4 — Cooperativismo Rural
5 — Cultura de Citrus;
6 — Defesa Sanitária Vegetal;
7 — Horticultura;
8 — Máquinas de Defesa Agrícola;
9 — Multiplicação Vegetal;
10 — Reflorestamento;
11 — Restauração de Pomares;
12 — Solos e Adubação;
13 — Suinocultura.

Como já é tradicional, os Cursos Ráipdos Agrícolas serão ministrados aos sábados e domingos e funcionarão em 3 séries, a saber:

1.ª Série — de 5 de março a 29 de maio;
2.ª Série — de 4 de junho a de agôsto;

3.ª Série — de 3 de setembro a 27 de novembro.

Serão ministrados nos 54 cursos 1.404 aulas e estarão a cargo dos seguintes professôres:

Prof. Jalmirez Guimarães Gomes;
" Agrícola Castello Borges;
" Ney Brandão;
" Pedro Goulart da Silveira Filho;
" Hélio Raposo;
" João Castello.

7) **Outros Cursos** — Além dos Cursos já referidos, outros serão ministrados em regime de externato, dentro das possibilidades financeiras da Escola, do interêsse de matrícula, e da obtenção dos professores especialistas.

Além das atividades normais da Escola no setor de produção (produção de mudas, de alimentos vegetais, e suínos), o setor Audiovisual dará a maior ênfase no setor da produção de material para uso não só dos cursos da Escola, como para cessão, por empréstimo, a outros estabelecimentos que os solicitem.

II — No Setor de Organização e Administração:

Serão, no exercício, consolidados os regulamentos e regimentos dos cursos existentes e planejados outros, inclusive a ultimação, já em curso, da atualização dos Cursos Profissionais. Já se acham em trabalho neste setor, técnicos capazes de realizar a tarefa.

Também cuidará a direção da Escola, tendo em vista a existência de maiores recursos financeiros, de diversos melhoramentos materiais do estabelecimento, entre êles o recondicionamento do portão e casa do vigia, à Avenida Brasil, e via de acesso por essa artéria.

Uma nova pocilga, visando ao desenvolvimento previsto do Projeto de Suinocultura, a adaptação e construção de novos banheiros e sanitários, bem como a construção ou adaptação de imóveis para armazenagem de materiais de subsistência.

Faz também parte dos planos de melhoramentos materiais o recondicionamento da residência do Diretor, já com mais de 50 anos, e cujas instalações hidro elétricas, principalmente, necessitam de imediato atendimento.

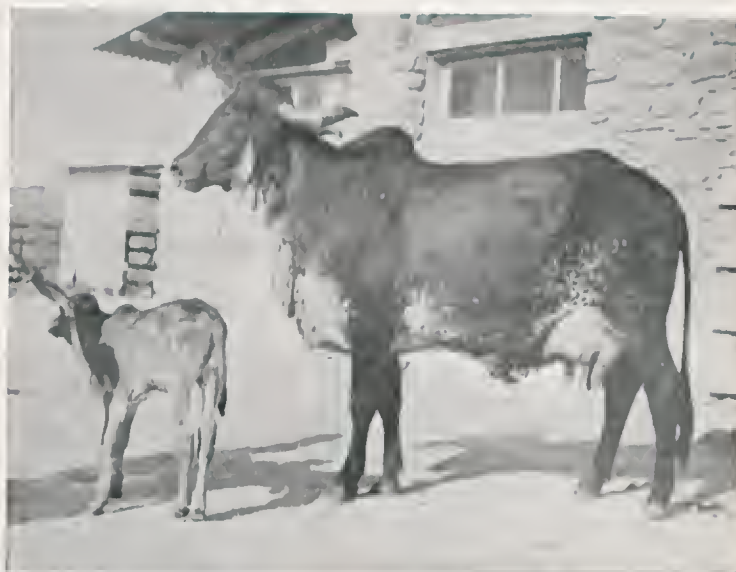
Outros trabalhos capitulados neste setor terão de ser atendidos no exercício, como é fácil avaliar, sobretudo os de natureza eventual, considerando-se que a Escola funciona numa área de 20 hectares, com cêrca de 25 construções definitivas, muitas das quais em estado de conservação que muito deixa a desejar, apesar dos esforços da atual e de anteriores administrações.

Êstes serviços, na sua maior extensão, terão de ser atendidos com os recursos do próprio estabelecimento.

(Este plano foi aprovado na 364.ª 1966, do Conselho do Fundo Federal Agropecuário).

São Pedro dos Ferros Capital do Zebu Leiteiro

"Alegria", campeã mundial da raça Gir com mais de 5.000 kgs de leite em 365 dias, contrôle oficial



O idealismo, de mãos dadas com o espírito objetivo, transformou uma pequena cidade do alto Rio Doce no maior centro de seleção de raças zebuinas para produção de leite em todo país. Hoje selecionam Gir Leiteiro a Fazenda Brasília, Estâncias Santo Antônio, Fazenda Leopoldina, Fazenda São Francisco e Fazenda Itatiáia; Guzerá Leiteiro a Estância Kankrej e Indubrasil Leiteiro, a Fazenda Uberaba.

Três destas fazendas possuem recordes nacionais ou mesmo mundiais. Recorde nacional e mundial possue a Fazenda Uberaba, do excelente criador Delio Peres, com a raça Indubrasil.

A Estância Kankrej, centro de seleção de Guzerá leiteiro detem a maior produção diária de leite e matéria gorda na raça Guzerá em contrôle oficial pela Associação Paulista de Criadores de Bovinos. É de propriedade do conhecido ruralista Dr. José Resende Peres, presidente da Associação do Guzerá e redator agricola de "O Globo".

O SUCESSO DA FAZENDA BRASÍLIA

Mas inegàvelmente o maior sucesso se deve ao Gir Leiteiro da Fazenda Brasília, do selecionador Rubens Resende Peres. Começou o grande fazendeiro a selecionar Gir Leiteiro em 1962, quando contratou para a Estação Experimental de Zootécnia de sua fazenda o grande especialista brasileiro em seleção de zebuinos para leite, o agrônomo Hugo Prata que em São Pedro dos Ferros, com material melhor, verbas à vontade e ecologia mais favorável, deixou longe seus próprios feitos da Fazenda Experimental de Uberaba,onde possuia o recorde brasileiro de produção de leite em zebuinos. Também foi contratado, em regime de 'full-time" um veterinário para assistência sanitária ao rebanho, o Dr. Raimundo Rodrigues.

Procurando acompanhar o avanço tecnológico Rubens Rezende Peres visitou fazendas americanas, acompanhado de Hugo Prata e assessores, estando principalmente com Roswell Garst, em Coon Rapids, Iowa, onde aprendeu o revolucionário sistema de arraçoamento com base na mistura uréia-melaço.

Atualmente o rebanho conta com 500 fêmeas registradas da raça Gir, servidas por touros filhos de vacas com produção controlada oficialmente superior a 4.000 quilos em 305 dias. O regime é de pasto (colonião, angola, napier) onde as vacas têm à vontade a mistura uréia-melaço depositada em cochos, bem como sal mineralizado e farinha de ossos em saleiros giratórios. Durante o periodo das ordenhas, às 5 e às 17 horas, recebem milho triturado, misturado com sabugos e palhas triturados depois da debulha.

No periodo da sêca uma colhedeira "Taarup' abastece os cochos com napier picado, em mistura com mandioca, também picada com raízes, caules e fôlhas.

No momento a produção máxima diária, em contrôle oficial da A.P.C.B. pertence à vaca "Alegria Baluarte de Brasília" com 25.050 kgs., em 18-8-65 Produziu mais de 5.000 kgs. de leite em 365 dias. Foi inscrita no Livro do Mérito e Livro de Escol.

Produção de Leite na India

Segundo o zootécnico M. S. RANDHAWA, vice-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Agricultura da India em sua famosa obra (oficial) "Agriculture And Animal Husbrandry in India" pág. 289 e

seguintes, são as seguintes a média de produção de diversas raças, em fazendas oficiais:

Raças Leiteiras

Sahiwal 2,497 quilos em período de lactação de 300 dias.
Sindhi 1,816 quilos em período de lactação de 300 dias.
Gir 1,589 quilos em período de lactação de 300 dias.

Raças de Dupla Aptidão

Tharparkar 1,816 quilos em período de lactação de 300 dias.
Kankrej 1,589 quilos em período de lactação de 300 dias.
Ongole 1,589 quilos em período de lactação de 300 dias'

Na fazenda Brasília, no último contrôle oficial, em 32 vacas a média, num dia, foi de 13 quilos. E nenhuma reprodutora com menos de 2.500 quilos em 305 dias é conservada no plantel.

Portanto, salvo animais excepcionais, que deveriam no caso serem importados, os rebanhos Gir e Guzerá do Brasil, selecionadas para leite honestamente, por gente capaz, estão acima dos trabalhos nas 'farms" da grande nação asiática. Em São Pedro dos Ferros estão as 3 recordistas em produção diária: "'Alegria" na raça Gir; 'Jarrinha JP' na raça Guzerá e "Amazonas", da raça Indubrasil, com 18,650 por dia (contrôle particular).

Alguns dados Animadores

Segundo Ronald Diggins e C.E. Bundy em sua obra "Dairy Production", num total de exames de 29.302 vacas da raça Guernsey a média de taxa de gordura foi de 4,9%. Os mesmos autores pesquisaram também a taxa de gordura na raça Jersey, com dados do "American Jersey Cattle Club', de Columbus, Ohio, onde foi encontrado no registro de 76,862 lactações, a média de 5,37%. A média do Guzerá de José Resende Peres mostra ser mais alta do que as duas famosas raça inglêsa, pois é de 6,2%. A raça Gir, todavia, embora seja considerada melhor produtora de leite na India e também com dados melhores no Brasil, parece que possui taxa de gordura inferior. Na fazenda Brasília a média do rebanho gira em tôrno de 5,34%, situando-se assim entre o Jersey e o Guernsey, e inferior ao Guzerá

FAZENDA BRASILIA — Recordista Mundial

No último contrôle oficial realizado em 27 de outubro de 1965, 20 vacas da raça Gir, registradas, produziram em média 14,330 kgs. de leite, com uma percentagem de matéria gorda de 4,81%. As fêmeas são servidas por touros excepcionais como: 'Aratu Alegria de Brasília", R.G. 5.731, filho de "Quadro de Umbuzeiro" e "Alegria Baluarte de Brasília' R.G. 14.342. Sua mãe, recordista mundial, em nôvo contrôle oficial, de vez que voltou a parir 60 dias após o término da lactação em 27-7-65, vem produzindo conforme contrôles abaixo:

Em 18- 8-65 — 25,050 kg.
Em 7- 9-65 — 21,800 kg.
Em 27- 9-65 — 19,300 kg.
Em 27-10-65 — 20,300 kg.

Tal produção nos primeiros 120 dias de lactação significa a média diária fabulosa de 21,612 quilos. Note-se que não é produção 'arranjada", mas sim aferida pelo exigente contrôle da A.P.C.B.

CAXANGÁ — R.G. 3.937 Filho Campeão Nacional Bombaim, R.G. 2.320 e da excelente Roxana, R.G. D-5.697, que produziu em contrôle oficial 4.493 kgs. de leite e 237 kgs. de matéria gorda em 305 dias. Campeã Nacional êste ano em Belo Horizonte, o que vem tornar 'Caxangá" um animal precioso, filho de pais campeões nacionais, além de extraordinária linhagem leiteira.

CZAR HAZAN DE BRASILIA — Contrôle Genealógico n.º 2.511. Filho de "Nacarado de Umbuzeiro', R.G. 4.960, e não menos famosa "Tainha de Brasília" R.G. 13.500 "Nacarrado" adquirido em Pernambuco, é um produto do mais antigo plantel Gir Leiteiro do país, em Umbuzeiro, na Paraíba, filho dos melhores animais daquele Pôsto de Criação, "Hazan" ficou muito conhecido por ser pai das melhores produtoras da F.E.C. de Uberaba. 'Guaira II" era a mãe de "Hazan" e a melhor vaca de Umbuzeiro. "Tainha de Brasília" já foi recordista com 24.900 kgs. por dia, em contrôle oficial da A.P.C.B. e produziu em 266 dias, 4.155 kgs. de leite com 236 kgs. de matéria gorda.

Com tais reprodutores e fêmeas maravilhosas o sr. Rubens Resende Peres, com apenas 4 anos de seleção, bateu todos os recordes mundiais em produção de leite em zebuínos, donde ser justo esperar novas marcas para o futuro.

CRIAÇÃO DE PINTOS PARA CARNE

Quando se pensa em criar pintos para corte, deve-se ter em mente um bom mercado consumidor e, se possível, a venda direta assegurada para cooperativa, frigorífico, abatedouro, entreposto, ou grandes consumidores, como restaurantes, hotéis, pensões, internatos etc.

A produção deve estar coordenada com o consumidor, de tal modo que no dia pré-determinado seja entregue o produto, para evitar prejuízos.

O investimento para dar início a uma granja desta natureza varia com a colocação, tipo de instalações e fatôres diversos. O custo da produção fica na dependência da ração, compra de pintos, mão-de-obra, combustível, vacinas etc.

A orientação das instalações, neste caso, tem grande influência. O local deve ser bastante ensolarado, próximo da sala de incubação (quando existe na granja), e longe dos galinheiros de aves adultas. A ventilação deve ser perfeita, principalmente quando o número de cabeças, por metro quadrado, é denso. A temperatura precisa ser constante, começando por uns 35 a 36 gráus centígrados; e baixando, progressivamente, cada semana, um a dois gráus, até atingir a temperatura ambiente, se esta não fôr excessivamente fria. A iluminação não precisa ser muito intensa. Com iluminação média se evita o canibalismo. Na primeira semana, a iluminação é recomendada durante à noite tôda; depois, a claridade é considerada satisfatória desde que atinja período de 14 a 15 horas por dia. A umidade não pode ser excessiva, mas se deve ter em conta que em ambiente demasiado sêco, o empluma é mais difícil e lento, e o crescimento se atrasa.

A sala de criação deve ser bem construída. Em cada divisão, o lote não deve exceder de 500 cabeças. Nas baterias, devemos seguir as instruções ditadas pelos fabricantes. No solo, a lotação recomendável é de 10 pintos por metro quadrado.

A época de criação pode ser em qualquer mês do ano, de acôrdo com o planejamento e necessidade da granja. A base reguladora deve ser o rendimento econômico. Durante os meses de novembro a fevereiro, as criações são sempre mais sujeitas a moléstias, exigindo, portanto, maiores cuidados no manejo. Nos Estados sulinos, a melhor época de criação de frangos tem sido de abril a setembro; de outubro em diante, o desenvolvimento torna-se mais retardado, notadamente nos meses de janeiro e fevereiro.

PREPARAÇÃO DAS CRIADEIRAS E CHEGADA DOS PINTOS

A sala deve ser desinfetada prèviamente com cal viva, e, os comedouros e bebedouros, com um desinfetante alcalino e concentrado. As criadeiras são aquecidas com 24 horas de antecedência à chegada dos pintos, com o grau de calor estabelecido, e que será mantido constante. Os pintinhos chegarão nas caixas especiais, que serão abertas dentro da sala aquecida, observando-se o estado em que se encontram e retirando-se todos os que apresentarem anormalidades ou estado precário de saúde; êstes serão isolados por um par de dias, só tendo incorporados aos outros se se refizerem. Em caso contrário, serão sacrificados.

SANIDADE

De forma alguma se juntarão pintos de diferentes idades, porque as conseqüências serão transtornantes. É indispensável que os pintos estejam livres de pulorose e outras doenças contagiosas, razão porque se deve procurar adquirí-los com completa garantia. A vacinação contra o epitelioma contagioso (bouba) deve ser feita na terceira semana de idade. A maioria das baixas se dá entre os pintos retardados, enfezados ou enfraquecidos; há quem forme com êles um lote à parte, mas o certo é eliminá-los.

COMEDOUROS

Os pintos comem ao mesmo tempo. Quando não há espaço suficiente nos comedouros, alguns menos espertos são prejudicados, ficando pouco desenvolvidos. Os comedouros devem ser duplos, porque permitem que as aves comam dos dois lados. Nas duas primeiras semanas, um comedouro duplo, de 30 cm de comprimento, atenderá a 20 pintos. Da 3.ª à 8.ª semana, êste comedouro só atenderá a 10. Depois da 8.ª, só dará para 6 a 7 frangos. É preciso evitar que os pintos possam pisotear o alimento, contaminando-o com as fezes e germes nocivos; há modelos higiênicos, capazes também de evitar o desperdício. À proporção que os pintos vão crescendo, os comedouros devem ir aumentando de tamanho e capacidade.

ALIMENTAÇÃO

Êste é o fator mais importante na exploração dos pintos para corte, pois temos de alcançar o máximo de pêso num mínimo de tempo e com o mínimo de alimentação. Durante as primeiras 48 horas não se dá alimento aos pintinhos, mas apenas água. A primeira alimentação deve ser ração balanceada "inicial", que precisa conter na alta percentagem de proteínas, a fim de prover o organismo de todos os aminoácidos necessários. Também as vitaminas, principalmente a B 12, são imprescindíveis para a boa criação e o rápido desenvolvimento. No primeiro dia, a ração pode ser espalhada sôbre papel estendido no piso para que os pintos aprendam a comer. Êste primeiro alimento é servido em tôrno da borda da criadeira, para que os pintos

aprendam depressa a regressar à fonte de calor. A água deve ser fornecida desde o primeiro momento. A alimentação abundante, sem desperdício, evita que os pintos picoteiem a cama ou uns aos outros. Os comedouros devem ficar bem iluminados dos dois lados. Evite-se mudança brusca do regime alimentar — o que prejudicaria o desenvolvimento das aves.

BEBEDOUROS

As aves podem resistir mais tempo sem comer do que sem beber. Êste cuidado é de muita importância. A água, sempre limpa e fresca, não deve faltar nos bebedouros. Êstes não devem ter coberturas planas, para que os pintos não pousem sôbre êles, contaminando a água com as dejeções. Devem ser colocados em plantaformas de arame para evitar umidade na cama. Os recipientes devem ser lavados diàriamente e desinftados uma vez por semana. Um litro de líquido atende a 30 pintos, nos primeiros 15 dias; da 3.ª a 6.ª semana, um litro só atenderá a 15; da 7.ª à 10.ª, 8 frangos; depois da 10., só dará para 6 aves. No calor, os frangos bebem muito mais. Os franguinhos não devem andar mais de 3 metros para encontrar água, se tiver de andar menos de 3 será melhor. Os bebedouros devem ser distribuídos em tôrno da campânula, entre os comedouros. Os bebedouros automáticos são os melhores e evitam considerável trabalho.

RAÇÕES E ENCORDA

Os grandes plantéis industriais possuem sua própria fábrica de rações. Os pequenos aviários, porém, não têm capacidade para isto. É aconselhável então comprar rações balanceadas prontas, em firmas de absoluta confiança. Estas rações não podem faltar, atrasar ou variar de ingredientes, que devem ser novos e de primeira qualidade. A análise das rações deve ser exigida.

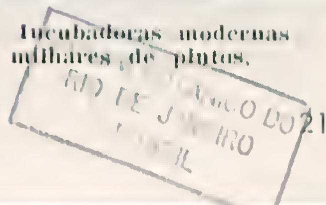
Até bm pouco tempo, as misturas alimentícias para frangos deviam conter:

60 a 70% de 2 a 3 cereais diferentes;

18 a 21% de 3 suplementos protéicos, pelo menos um de origem animal;

5 a 10% de alimentos desidratado;

Começou a época da cria. Incubadoras modernas produzem centenas de milhares de pintos.



5% de suplementos minerais e vitamínicos.

A alimentação bem equilibrada e rica de vitaminas é bom meio de obter-se rápido aumento de pêso, maior resistência às moléstias e boa utilização das rações Já não é novidade que os antibióticos favorecem o crescimento dos animais jovens. A aureomicina, estreptomicina, penicilina, terramicina e bacitracina são capazes de acelerar o crescimento e provocar o aumento de pêso dos franguinhos. A quantidade dêsses antibióticos a ser empregada nas rações inicial e de crescimento varia de 2 a 20 g por tonelada. A vitamina B/12 é tida, hoje, como produto fundamental nas rações avícolas, intervindo poderosa e espetacularmente no crescimento e boa vitalidade dos pintos.

Admite-se que, quando a ração é fortalecida com grandes doses de antibióticos e vitamina B/12, durante as quatro primeiras semanas de vida, os frangos podem aumentar de pêso cêrca de 10%, o coeficiente de mortalidade diminui, o desenvolvimento é maior e o emplume mais rápido. A qualidade da ração é de importância capital quando se lhe suplementa com antibióticos: quanto mais equilibrada, maior é o efeito obtido.

Na criação de aves de corte, os dois fatôres energia e produção de tecidos estão vinculados no fator econômico da eficiência das rações. Essa eficiência se expressa em função da quantidade total de ração necessária para produzir no animal determinado aumento de pêso. Para que a engorda se processe mais fàcilmente, é aconselhável manter as aves o mais tranqüilas possível e em local fresco. As baterias e gaiolas são ótimas para esta finalidade. A ração poderá ser umedecida com água ou leite desnatado, nas duas últimas semanas antes do abate. Se isto fôr feito, não deve ser interrompido em hipótese alguma.

PROGRAMA A SEGUIR

Os bons resultados obtidos na criação não dependem apenas de boas rações, mas também de traçar e obedecer um programa regular de alimentação. Durante o primeiro mês, um dia de descuido pode anular os bons resultados anteriores.

Tôdas as manhãs, o tratador deve examinar detidamente os pintos, observando o estado físico de cada um ou de cada lote, tomando o pulso do andamento da criação. Os mortos ou doentes, se os houver, devem ser retirados imediatamente. Se a parte superior da cama estiver molhada ou muito suja, será substituída, assim como qualquer parte úmida. Depois, enchem-se os comedouros até a metade de sua capacidade, para evitar desperdício. Limpam-se os bebedouros para água e leite, enchendo-os com líquido fresco. Ao meio dia, nova revista é feita, reenchendo-se os bebedouros e completando a ração dos comedouros. A esta hora, pode ser dada a ração de verdade, bem picados. Pela tarde, repete-se a visita, enchendo-se novamente os comedouros e bebedouros.

A criação de aves envolve mais detalhes que outros ramos da agropecuária. Seu êxito fica na dependência da atenção dada a um dêles para poder solucioná-los. Pequeno descuido com a criadeira pode inutilizar bom lote de frangos. Uma simples janela aberta, durante grande ventania ou em noite fria, pode causar sério prejuízo. A eficiência do serviço de rotina depende de atenção permanente a todos os detalhes.

Instantâneos de gente da roça

"VITALINO"

Dona Carminha

Negro alto, desempenado, espadaúdo, bigodudo, negro forte, Vitalino, advena, era por todos temido na Fazenda e redondezas. Corria voz que o nome era de empréstimo e que matara na capital, sede do Município vizinho, esmagando-lhe o peito, com um paralelepípedo, numa rua em obras, certo sujeito com quem se desaviera, à saída de uma gafieira e que nêle atirara, errando.

Uma noite, no Sossêgo, armou briga feia, só sendo dominado e levado para a cadeia da Vila, a poder de muita gente, a custo de muita fôrça. Na mesma madrugada, o Procídio, seu amigo e pensionista, dada a normal inexistência de vigia, de lá o tirou, com emprêgo de corda e mula, arrancando as grades do xadrez, que trouxeram como troféu.

Nanico, prepotente, avalentoado, o subdelegado procura o patrão de Vitalino. Irritado contra o sucedido, arrota:

— Mandar vir da cidade uns praças; dar uma ensinadela no crioulo e mais o companheiro; acabar com a fumaça dêles; eu posso.

Continua, contrafeito:

— Mas, fico mal. Vai ser, lá, uma gozação dos diabos, quando souberem do caso todo. É capaz, mesmo, de sair no jornal e, aí, talvez, eu tenha, até, de largar o cargo, que o Partido me deu, para ajudar a eleição do Dr. Júlio, meu compadre, de quem sou muito devedor.

Termina, aliciante:

— Seu Zeca, sei que o homem lhe tem muito respeito; diga a êle, em particular, que se devolver, agora, o material do govêrno, fica dispensado da prisão.

Volta, logo, o fazendeiro com o prêto que, altaneiro, mofador, diz à autoridade policial:

— Aí, tão as gradi. Não se deve, mesmu, fazê questã de guardá lembrança de cadeia.

Govêrno estimula a Agricultura

O Govêrno Federal vem de adotar uma série de medidas, que representam considerável estímulo à lavoura e à produção.

Entre as medidas anunciadas destacam-se por sua relevância e pelas repercussões que certamente alcançarão as seguintes:

I — **Fixação de preços mínimo antes do plantio**

O Conselho Coordenador do Abastecimento na semana finda, estabeleceu os seguintes preços mínimos:

ARROZ — (em casca) — 10.500, 10.000 e 9.500 por saca de sessenta quilos, para grãos longos, médios e curtos, respectivamente (preços anteriores: 8.280, 8.061 e 7.620);

MILHO — de... 5.580 a 6.300 por saca de sessenta quilos conforme o grupo (preços anteriores: 4.815 tipo base);

FEIJÃO — de 18.000 por saca de sessenta quilos (preço anterior: 9.800);

SOJA — 8.700 por saca de sessenta quilos (preço anterior: 7.600);

AMENDOIM — de 5.430 a 5.800 por saca de 25 quilos (preço anterior: .. 4.350 a 4.650);

V — Autorização do Conselho Monetário Nacional ao Banco Central da República do Brasil para adiantar ao FUNAGRI a importância de 50 bilhões de cruzeiros, destinados a reforçar as disponibilidades daquele Fundo para o custeio da produção agropecuária.

VI — **Diversificações das zonas cafeeiras** — A fim de possibilitar a diversificação da lavoura, nas regiões cafeeiras, foram adotadas as seguintes deliberações pelos órgãos competentes:

a) liberação de recursos ao IBC-GERCA para imediata aplicação na diversificação agrícola e econômica das áreas cafeeiras.

b) indenização dos cafeeiros erradicados por preço que propicie o aproveitamento das áreas liberadas com culturas de substituição principalmente as de gêneros alimentícios e produtos essenciais.

c) estímulos para implantação de outras culturas permanentes e reflorestamento

É DE SE DESTACAR A OPORTUNIDADE DA CONCOMITÂNCIA DAS MEDIDAS QUE OFERECE AOS LAVRADORES ANTECIPADAMENTE AS ALTERNATIVAS DE PLANTIO E DE RENDA DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS NA PRÓXIMA SAFRA.

ALGODÃO — caroço: 4.200 por arrôba de 15 quilos (preço anterior 3.700);

FARINHA DE MANDIOCA — 3.700 por saca de 50 quilos (preço anterior: 3.500);

GIRASSOL — 15.000 por saca de 60 quilos.

II — **Financiamento extra-limites, pelo Banco do Brasil**

Serão favorecidos os seguintes produtos: arroz, feijão, milho, algodão, amendoim, soja além de adubos, inseticidas e máquinas agrícolas.

III — **Funcionamento do Fundo de Estímulo ao Uso de Fertilizantes.**

FUNFERTIL, com a concessão de subsídios bancários, inclusive juros, pelo prazo de safra, sôbre tôdas as aquisições de fertilizantes, sais minerais e corretivos, destinados à produção de gêneros alimentícios essenciais. Tais subsídios serão pagos aos produtores através do Fundo de Estímulo ao Uso de Fertilizantes (FUNFERTIL) que iniciou suas atividades a partir de 1.º de agôsto de 1966.

IV — **Liberação de exportação para os produtos agrícolas, a partir da próxima safra**

Notas Sôbre a Conferência Interamericana de Lideres da Juventude Rural

Eng. Agr. Geraldo Goulart da Silveira

(1.ª PARTE)

Designados pela Sociedade Nacional de Agricultura, tivemos a oportunidade de acompanhar, na qualidade de delegado do Brasil, os trabalhos da Conferência Interamericana de Líderes da Juventude Rural, que se realizou no Rio de Janeiro, no período de 13 a 24 de julho de 1966.

A importante reunião de técnicos foi patrocinada pelos Ministérios das Relações Exteriores, da Agricultura, da Educação e Cultura e da Saúde Pública; dos Governos dos Estados da Guanabara e de Minas Gerais; da Organização dos Estados Americanos (OEA), da Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), do Programa Interamericano para a Juventude Rural (P.I.J.R.), da Associação Internacional Americana (A.I.A.), do Instituto Interamericano de Ciências Agrícola da OEA (I.I.C.A.), do Comitê Técnico Interamericano para a Juventude Rural, do Departamento Nacional de Agricultura dos Estados Unidos, da Fundação Nacional 4-H dos Estados Unidos, da Associação de Crédito e Assistência Rural (A.B.C.A.R.), da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR) e contou com o comparecimento e de outros delegados de entidades diversas como da Sociedade Nacional de Agricultura, da Confederação Nacional da Agricultura, da Universidade Rural do Brasília, de filiadas da ABCAR (ACARPA, ANCAR, ANCARFE, ACARMAT, ACARESC, da Faculdade de Serviço Social do Rio de Janeiro, do Comitê Nacional dos Clubes 4-S, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola, dos Voluntários da Paz, Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, Esso Brasileira de Petróleo, Embaixada Americana no Rio de Janeiro (USAID), Secretaria de Turismo da Guanabara, da Sociedade Médica do Brasil e outras.

No referido conclave estiveram presentes 20 países, totalizando 126 delegados assim distribuídos:

Brasil	59	delegados
Costa Rica	12	"
Estados Unidos	11	"
Chile	5	"
Paraguai	5	"
Uruguai	5	"
Rep. Dominicana	4	"
Argentina	3	"
Bolívia	3	"
Peru	3	"
Colômbia	2	"
Nicarágua	2	"
Pôrto Rico	2	"
Venezuela	2	"
México	2	"
El Salvador	2	"
Trinidad	1	"
Panamá	1	"
Jamaica	1	"
Guatemala	1	"

A Conferência Interamericana de Lideres da Juventude Rural teve como objetivos:

1 — Avaliar os resultados das recomendações aprovadas anteriormente, na última Reunião do Comitê Técnico Interamericano para a Juventude Rural;

2 — desenvolver e melhorar a compreensão sôbre:

a) os fatôres que limitam a maior expansão dos programas para a juventude rural nas Américas;

b) o planejamento de programas anuais de trabalho incluindo atividades básicas objetivas para a expansão e melhoramento dos programas juvenis rurais;

3 — determinar e recomendar a ênfase a ser dada aos programas para a juventude rural, com o objetivo de conseguir sua maior expansão;

4 — observar as atividades da II Convenção Nacional de Clubes 4-S e do I Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais e visitar o trabalho dos Clubes 4-S no Estado de Minas Gerais.

O temário da Conferência abrangeu os seguintes assuntos, todos êles da mais alta relevância:

1 — Expansão da inscrição nos Clubes Juvenis Rurais;
2 — Desenvolvimento dos recursos necessários para ampliar e melhorar ao Programa da Juventude Rural;
3 — Informação no Programa da Juventude Rural;
4 — Comitês, Associações e Fundações;
5 — Prêmios e Reconhecimentos;
6 — Treinamento de Extensionistas;
7 — Treinamento de Lideres Voluntários;
8 — Crédito Rural Juvenil
9 — Reforma Agrária e Programas para a Juventude Rural.

Estudando o tema n.º 1, isto é, Expansão da inscrição nos Clubes Juvenis Rurais, os seis grupos de trabalho da Conferência apresentaram ao plenário numerosas recomendações

que depois de convenientemente examinadas e debatidas tiveram a seguinte redação final:

Recomendações:

1 — Procurar o aumento do número de clubes, por extensionista;

2 — Incrementar em todos os países o número de agentes de extensão;

3 — Que se incremente a recreação ativa e passiva, dentro de uma adequada orientação e supervisão;

4 — Promover o racional aproveitamento dos núcleos de jovens das escolas rurais, para fundar e manter com êles, Clubes Agrícolas;

5 — Interessar a outras instituições que trabalham no meio rural para que colaborem na criação de clubes que deverão incorporar-se ao sistema;

6 — Propiciar a organização de entidades creditícias privadas com vistas a promover o financiamento dos projetos dos clubes;

7 — Manter estreita vinculação entre as autoridades responsáveis da extensão agrícola e as organizações de apoio para uma melhor coordenação de suas atividades;

8 — Prestar um apoio crescente à comercialização dos produtos que se obtenham com a execução de programas dentro e fora dos clubes;

9 — Elaborar um amplo catálogo de projetos individuais e comunitários que permita visualizar e chamar a atenção para seu desenvolvimento aos meios rurais;

10 — Que os demais países acolham as experiências vitoriosas que no incremento de matrículas foram obtidas em diversos países das Américas;

11 — Procurar que nos Programas de Extensão se dê maior atenção às atividades com as juventudes rurais e que na medida do possível se integrem as Agênciasde Extensão com agentes de clubes com dedicação exclusiva a estas atividades;

12 — Procurar que o trabalho educativo dos clubes se sujeite a um programa no qual se considere a idade e grau de escolaridade dos sócios e seu período de permanência nos mesmos, para permitir que os que hajam cumprido certa etapa do programa, possam ingressar nos clubes de programas mais avançados;

13 — Que se incrementem os projetos com base nas necessidades econômicas e sociais da comunidade, articulando-os com os programas nacionais de desenvolvimento;

14 — Ampliar os programas de reconhecimentos e estímulos aos sócios e líderes;

15 — Que os Ministérios da Agricultura aumentem suas verbas para os serviços de extensão agrícola para ampliar e melhorar o desenvolvimento de seus pogramas juvenís rurais;

16 — Capacitar aos extensionistas para uma melhor identificação aos líderes rurais e adequado adextramento;

17 — Que os líderes formais ou informais de extensão dediquem maior esfôrço em motivar os pais de família para que respaldem a participação de seus filhos na integração dos clubes;

18 — Incluir no adextramento dos extensionistas ensinamentos sôbre psicologia educativa e sociologia rural com ênfase nos aspectos infantil e adolescente para torná-los mais eficases em seu trabalho com os clubes juvenis;

19 — Estimular o adextramento de líderes voluntários por projeto;

20 — Promover a capacitação de liderança em diversos níveis mediante a criação de centros de treinamento;

21 — Que se incremente a assistência técnica através dos organismos internacionais especializados, para a expansão e fortalecimento dos programas de juventudes rurais;

22 — Promover a participação das comunidades nos programas dos clubes juvenis rurais;

23 — Despertar a vocação para a carreira de extensionista e incorporar a cátedra de extensão nas escolas normais e nos estabelecimentos de educação agrícola e de economia doméstica, em níveis médios e superior, dando ênfase aos pogramas de juventudes rurais;

24 — Promover campanhas de opinião pública, interessando também aos governos, para destacar a importância dos clubes agrícolas juvenis no desenvolvimento educativo econômico e social das populações rurais;

25 — Tornar conhecido por todos os meios de divulgação das atividades desenvolvidas pelos clubes e sócios e os prêmios e estímulos alcançados pelos mesmos, assim como das entidades cooperadora;

26 — Procurar para que tôdas as instituições que trabalhem no meio rural, contribuam para elevar os níveis educativos, social e econômico da população rural, facilitando assim aos extensionistas o maior desempenho de suas funções e o maior uso dos meios de comunicação;

27 — Estimular a ajuda da atividade privada para apoiar moral e economicamente o desenvolvimento de clubes;

28 — Promover a criação da legislação necessária que assegure a continuidade e o financiamento adequados aos programas de juventude rurais.

(Continua no próximo número



Turma de alunos ao Curso Prévio de 1965

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" em 1965



Sessão de encerramento do ano letivo de 1965. Fala o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Eng. Agron. Luiz Simões Lopes, ladeado pelo Snr. Kurt Repsold, Vice-Presidente, e Luiz Marques Poliano, Diretor da Escola



Projeto de frangos de corte (Curso de Treinamento Agrícola)

Em 1963 a Sociedade Nacional de Agricutura firmou convênio com o Conselho do Fundo Federal Agropecuário visando a atender à realização de cursos de formação de trabalhadores rurais qualificados e de divulgação de prática agrícola na Escola de Horticultura "Wenceslão Bello". Para êsse trabalho, foi fornecido ao Executor do Convênio a verba de doze milhões de cruzeiros, num plano que deveria estender-se por três anos consecutivos.

O programa de trabalho para aquêle ano foi integralmente realizado, sendo providencial essa cooperação do Ministério da Agricultura à tradicional Escola, após a extinção do Serviço Social Rural, por cuja implantação tanto se batera a Sociedade Nacional de Agricultura.

Com o advento, porém do movimento de 31 de março de 1964, não foi possível a renovação do convênio, ficando novamente a "Wenceslão Bello" em situação das mais dificultosas.

Contudo, o estabelecimento não encerrou suas atividades, não só graças à renda própria do estabelecimento, como por ter a Diretoria recorrido à Indústria e ao Comércio, em apêlo que foi razoàvelmente acolhido. Dessas atividades econômicas obteve a Sociedade, naquele ano, cêrca de 5 milhões de cruzeiros em donativos.

A receita assim obtida no período, alcançou a Cr$ 15.790.906,40.

Com tais recursos foi possível à Sociedade Nacional de Agricultura manter em funcionamento a Escola e aguardar a assinatura do Convênio para 1965, o qual teve a dotação de Cr$ 20.000.000.

Apesar de tôdas as dificuldades, no ano anterior foi possível a direção da Escola atingir às seguintes realizações:

.deu grande adiantamento à consrtução do nôvo Pavilhão de Aulas, com cêrca de 200 m²;

.arregimentou nos Estados mais de 50 internos, que em 1965 fizeram, após o Curso Prévio, o 1.º ano dos Cursos Profissionais e o de Treinamento Agrícola;

.manteve em funcionamento os Cursos Profissionais, o de Treinamento Agrícola e três séries de Cursos Rápidos, êstes com a expressiva freqüência de 691 alunos.

O Convênio de 1965 visava às seguintes realizações, de acôrdo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho do Fundo Federal Agropecuário:

1) **Cursos Profissionais** de Hortelão, Floricultor e Fruticultor;

Para êstes Cursos, em regime de internato, matricularam-se em 1965 49 jovens provenientes, principalmente, dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Guanabara.

Por desistência ou inadaptação, sòmente 38 jovens foram submetidos a exame de admissão, dos quais 30 foram aprovados e matriculados no 1.º ano dos Cursos Profissionais.

Já nesta fase, houve mais três desistências, tendo cursado o 1.º ano, efetivamente, apenas 27 alunos. Os que não alcançaram a média mínima regulamentar, foram automàticamente matriculados no Curso de Treinamento Agrícola, num total de 10, reduzidos para 8, após a desistência ou desligamento de outros dois alunos.

A 17 de novembro de 1964 realizou-se a cerimônia de encerramento do ano letivo, tendo recebido diplomas e certificados 18 jovens profissionais.

Alunos internos em 1965

Curso Prévio	30
2.º ano do Curso de Hortelão Fruticultor	8
Curso de Treinamento Agrícola	10
Total de internos em 1965 ...	48 alunos

2) **Curso de Treinamento Agrícola**, em torno de projetos de suinocultura, horticultura, avicultura e apicultura;

3) **Cursos Avulsos** de Horticultura e de Floricultura;

4) Cursos Rápidos; Contabilidade Agrícola, Hortaliças Folháceas, Cooperativismo Rural, Hortaliças de Frutos, Solos e Adubação, Apicultura, Conservação do Solo, Suinocultura, Combate às Doenças e Pragas das Plantas, Combate às Ervas Daninhas, Alimentação de Pequenos Animais, Floricultura, Hortaliças de Raízes, Multiplicação Vegetal, Reflorestamento, Enxertia e Restauração de Pomares;

CURSOS

1) **Curso Profissional de Hortelão, Floricultor e Fruticultor.**

Já em 1964, com a celebração do nôvo Convênio em 30 de novembro foi feito o recrutamento no interior dos jovens destinados ao Curso Prévio, preparatório ao 1.º ano do Curso Profissional de 1965.

2) **Curso de Treinamento Agrícola**

Foram matriculados neste Curso 8 alunos. Cinco foram os Projetos realizados, com resultados bastante satisfatórios.

a) **Projeto de Avicultura** — de junho a dezembro foram realizados dois projetos



Apiário



Alunos em trabalho prático



Alunos em trabalhos de pulverização no tomatal



Alunos em trabalho pratico na horta

de frangos de 90 dias, totalizando 1.500 pintos de 1 dia. De apenas cêrca de 4% foi a perda média em ambos os plantéis.

b) **Projeto de Apicultura** — Contou êste Projeto da introdução de novos núcleos de abelhas italianas, manejo de colmélas, preparo artificial de rainhas, colocação de cêra em caixilhos de ninhos e melgueiras, colheita e centrifugação de mel. Todos os trabalhos foram realizados pelos próprios alunos, supervisionados pelo Professor e acompanhados de apostilhas.

c) **Projeto de Horticultura**

Êste Projeto constou de dois subprojetos conforme Plano:

c-1) **Hortaliças de Frutos** — Os alunos foram orientados no sentido de desenvolverem a cultura de diversas hortaliças de fruto (jiló, beringela, pepino, quiabo, chuchu, etc.). A parte relativa ao tomateiro mereceu especial atenção, tendo sido plantados, em dois lotes afastados 1.000 pés de tomate da variedade "Paulista". Os trabalhos foram realizados pelos alunos conforme o planejado.

c-2) **Hortaliças Foliáceas** — Com os alunos executando os trabalhos de preparo de terreno, adubação, semeadura, rega, repicagem, transplante, escarificação, capina, etc., foram obtidos nestes subprojetos os melhores resultados.

d) **Projeto de Suinocultura**

Foi coroado de pleno êxito o Projeto de suinocultura. O número total de cabeças no fim do ano chegou a 113 assim distribuídas:

2 reprodutores e 18 reprodutoras da raça caruncho;

2 reprodutores e 11 reprodutoras "Duroc-Jersey", obtendo-se 80 leitões.

Como não podia deixra de ser, neste projeto também os alunos tomaram parte ativa realizando e colaborando nos seguintes trabalhos:

a) Construção de pocilga rústica e conhecimento "in loco" de pocilgas modêlo;

b) preparo de ração e alimentação do plantel, observando a alimentação para reprodutor, reprodutora e leitões;

c) castração e tratamento dos leitões;

d) vacinação e profilaxia;

e) cuidados indispensáveis às matrizes na gestação.

Parte dos produtos resultantes dos Projetos realizados foi comercializada, deixando apreciável resultado. Do lucro, houve participação de todos os alunos, conforme determi-

nam as "Instruções" dêste Curso e a distribuição se fêz por ocasião do encerramento das aulas. Uma parte da produção foi utilizada na alimentação dos alunos.

3) **Cursos Avulsos**

Por absoluto desinterêsse na matrícula e também face a dificuldade de professores, os Cursos Avulsos não puderam ser efetivados durante o ano, dando-se porém maior ênfase aos **Cursos Rápidos**, como veremos.

4) **Cursos Rápidos**

Trata-se de cursos que são ministrados aos sábados e domingos, nos quais matricularam-se pessoas de ambos os sexos, sem condição de idade ou profissão. Foram realizados 15 Cursos em 3 períodos, contando 1.017 matrículas, nos quais receberam certificados 113 alunos.

1.º Período de 6 de março a 30 de maio

Foram realizados os seguintes cursos:

Enxertia, Instalações Rurais, Suinocultura, Reflorestamento, Defesa Sanitária Vegetal, Apicultura, Solos e Adubação, Aplicação de Inseticidas e Fungicidas, Cooperativismo Rural, Contabilidade Agrícola e Hortaliças Foliáceas.

Alunos matriculados: 309

Alunos que receberam certificados: 126

2.º Período de 5 de junho a 29 de agôsto

Hortas Domésticas, Combate às Doenças e Pragas de Hortas e Pomares, Solos e Adubação, Apicultura, Alimentação de Pequenos Animais, Defensivos e Máquinas de Defesa Sanitária Agrícola, Reflorestamento e Máquinas e Motores Agrícolas.

Alunos Matriculados: 341

Alunos que receberam certificados: 143

3.º Período de 11 de setembro a 28 de novembro

Multiplicação Vegetal, Solos e Adubação, Apicultura, Hortaliças de Raízes, Combate às Ervas Daninhas, Reflorestamento, Avicultura e Combate às Pragas e Doenças da Citricultura.

Alunos matriculados: 367

Alunos que receberam certificados: 144

Para a obtenção do Certificação, deve o aluno apresentar a freqüência mínima de 80%, bem como não faltarem a três aulas consecutivas.

5) **Cursos Especiais**

Foram realizados dois Cursos: Recursos



Pocilga



Oficina Rural — Secção de Carpintaria



Oficina Rural — Secção de Mecânica



Oficina Rural — Outro aspecto da secção de carpintaria



Secção de Indústrias Rurais



Oficina Rural — Secção de mecânica



Grupos de Alunos internos



Portão de entrada pela Av. Brasil

Audiovisuais nas Escolas Rurais e o Cinema e a Educação Rural.

a) **Recursos audiovisuais nas Escolas Rurais** — Começou êste curso a 6 e terminou a 22 de junho, com 24 horas de aula, aos sábados. Matricularam-se 20 alunos, ou seja o total das vagas. As aulas dêste Curso foram ministradas pela Professôra Sônia Maria Seixas da Silveira.

b) O Cinema e a Educação Rural ministrado pelo Professor Silvio do Vale Amaral, técnico em assuntos de cinema, teve o mesmo número de matrículas e de horas de aula. Os alunos matriculados nestes Cursos sendo obrigados a 80% de freqüência às aulas e tendo de apresentar trabalho final, que justificassem a aprovação, apenas 10 dêles, em cada Curso, receberam certificados, pois que sòmente êste número cumpriu as exigências regimentais.

SETOR ADMINISTRATIVO

1. — **Pessoal** — O aumento do salário-mínimo, ocorrido em fevereiro de 1965, de Cr$ 42.000 para Cr$ 66.000, causou, inevitàvelmente, alteração no Plano de Aplicação dos Recursos. O geral encarecimento do custo das utilidades também influiu e na mesma medida, no resultado final da parte financeira. O montante dessa rubrica só não aumentou porque foi continuada a prática de sòmente ser admitido o pessoal indispensável, e de aproveitar, mediante gratificação **pro-labore**, por serviços extraordinários, os empregados da Escola e da Sociedade Nacional de Agricultura.

2. — **Veículos** — Os dois veículos utilizados na Escola — um caminhão **Chevrolet** e uma camioneta **Rural Jeep**, pertencentes ao Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, e que se encontram em serviço, cedidos à Escola por fôrça do Convênio de que resultou o Projeto ETA-38, exigiram durante o período constantes consêrtos, inclusive reforma total da camioneta, já muito antiga e desgastada, pois que é modêlo 56. Como o caminhão, é de fabricação americana — o que dificulta a reposição de peças.

3. — **Móveis e Utensílios** — Com a conclusão das obras de construção do nôvo Pavilhão de Aulas (210 m²) iniciadas em 1963 e composto de 4 salas, necessária se tornou a aquisição do mobiliário para a sua instalação.

4. — **Conservação de Imóveis** — Êste serviço constou de ampliação e pintura de partes interna e externa de vários imóveis; consêrto geral da pocilga n.º 2; reparos de rotina nas instalações elétricas e hidráulicas; instalação de banheiros, bem como reparos que as construções da Escola, algumas de mais de 30 anos, exigem constantemente.

5. — **Professôres** — O corpo docente é hoje formado além dos Professôres diretamente contratados pela direção da Escola, por um seleto grupo de técnicos postos a sua disposição pela Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, que já há algum tempo vinham servindo ali mediante pagamento através de verbas de Convênios, e que foram enquadrados pela Lei n.º 4.069.

6. — **Alimentação dos alunos** — Da Cooperativa Agrícola de Cotia, durante o ano, recebeu a Escola um substancial auxílio no setor da alimentação dos internos: tôda a batata consumida na cozinha foi doada por essa organização, expressão máxima do cooperativismo no Brasil.

O Moinho Fluminense desde 1964 vem contribuindo para a Escola com um donativo mensal de Cr$ 100.000 (cem mil cruzeiros).

Ajuntando recursos, pôde a direção da Escola proporcionar aos internos uma alimentaçao farta e saudável.

Daqui, os melhores agradecimentos da Sociedade Nacional de Agricultura e da direção da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" àqueles dois estabelecimentos.

Também da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, mais uma ajuda chegou à Escola, após a assinatura de convênio com aquela entidade oficial.

7. — **Produção de Mudas e Enxertos** — Como meio de aumentar a receita do estabelecimento e de oferecer maior campo didático aos alunos, foi incentivada ao máximo a produção de mudas e enxertos, sobretudo do gênero **citrus**. Foram formados viveiros, que, em 1966, proporcionarão resultados bem maiores do que os de 1965.

8. — **Pomares e Reflorestamento** — Foram iniciados dois novos pequenos pomares — um ao fundo da Oficina Rural, outro ao lado do muro da SURSAN, aumentando no último ano de cêrca de meia centena o número de árvores frutíferas plantadas no estabelecimento.

A plantação de essenciais florestais já atingiu a cêrca de 400 exemplares, inclusive um eucaliptal (300 mudas) plantado junto ao Matadouro, e já bastante desenvolvidas.

O coqueiral, de 200 exemplares, plantado em 1963 na baixada ao lado do Matadouro, tem sido consideràvelmente sacrificado pelos constantes incêndios ateados pela incompreensão da incômoda vizinhança do Conjunto Residencial do IAPI.

SETOR FINANCEIRO

1) **RECURSOS** — Os recursos totais da Escola neste período, foram de Cr$ 36.060.771 (trinta e seis milhões, sessenta mil, setecentos e setenta e um cruzeiros), oriundos das seguintes fontes:



Vista parcial do Pavilhão Miguel Calmon (de aulas)



Parque fronteiro ao Pavilhão Principal



Pavilhão Simões Lopes (dormitório, refeitório Administração)

a) **AUXÍLIO DO FFAP**		
Recebido em duas parcelas		19.997.571
b) **OUTRAS FONTES**		
Donativos (Com. e Ind.)	2.490.000	
DNCr	500.000	
PRO-AG. SEAV	434.000	
Secretaria de Econ. GB	1.000.000	
Convênio SEAV	250.000	
Renda Eventual	195.645	
Aluguéis	1.652.110	
Alimentação dos empregados	1.021.758	
Plantas, Frutas, Hortaliças, etc.	776.661	
Habitação empregados	897.618	
Venda de frangos	2.622.940	
Venda de suínos	1.214.000	
Juros bancários	8.468	16.063.200
Total dos Recursos		36.060.771

2) APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Abaixo, vai a sinopse das despesas realizadas, dentro da dotação do Convênio e das normas constantes das "Instruções" do Fundo Federal Agropecuário.

A constante ascensão dos preços, verificada no exercício, atingiu de forma violenta a parte salarial e, em geral, a das utilidades indispensáveis ao funcionamento da Escola, sobretudo nos gêneros alimentícios.

Na previsão de aplicação daqueles recursos, por exemplo, foi destinado à verba de **professôres** (horas de aula), o total de .... Cr$ 6.000.000. Tendo sido de 57% a taxa de aumento do salário-mínimo, determinado a partir de fevereiro de 1964 inclusive, verifica-se que, tendo sido gasta realmente, naquela rubrica, Cr$ 8.739.700, ainda assim ficou essa despesa **abaixo** do cálculo à base da taxa referida, que seria de Cr$ 9.420.000. É de observar-se que os empregados da Escola, na sua quase totalidade, vencem o salário-mínimo.

O mesmo se verificou na parte do material de consumo e de transformação, para o qual foram destinados à **alimentação** ...... Cr$ 4.500.000, ao **material escolar** .... Cr$ 1.000.000, ao **material de escritório** Cr$ 1.000.000, as **forragens, sementes, adubos, etc.**, Cr$ 1.000.000, no total de .... Cr$ 7.500.000, quando, na realidade, essa despesa alcançou Cr$ 9.493.223.

As demais verbas do plano de aplicação foram reduzidas, para que as citadas anteriormente pudessem ser atendidas, por se tratar de gastos absolutamente indispensáveis.



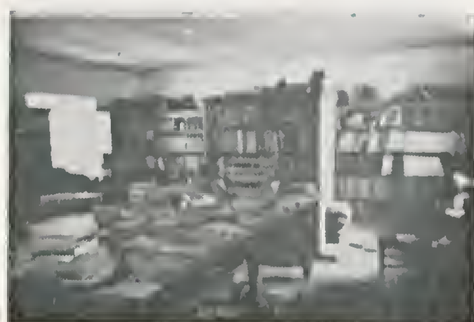
Nôvo Pavilhão, 616 m2, Setor de Recursos audiovisuais



Prédio destinado ao Museu Escolar



Conjunto residencial dos empregados (7 *casas*)



Biblioteca

3) SINOPSE DOS GASTOS — (DOTAÇÃO DO FFAP)



Cooperativa Escolar



Curso de Informação Agrícola (Setor audiovisual) entrega de certificados

01 — INVESTIMENTOS			
1. Móveis, máquinas e equipamentos de escritório	570.000		
2. Aparelos, máquinas e equipamentos de laboratório	40.500	610.500	
02 — CUSTEIO			
1 **Pessoal**			
Salários	6.508.700		
Gratificaçoes e pro-labore	1.105.000		
Horas de aula	1.126.000	8.739.700	
2. **Material**			
de consumo (alimentação, limpeza, etc.	9.061.063		
de transformaçao (forragens, vacinas, adubos, pintos de 1 dia, etc.	132.160	9.193.223	18.232.923
03 — ENCARGOS DIVERSOS			
Mânutençao e reparo de equipamentos	103.963		
Serviços de terceiros	759.185	1.151.148	
		19.997.571	

VII — CONVÊNIOS, ACÔRDOS e AJUSTES

Além do Convênio com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, sôbre professôres, firmou a Sociedade um Ajuste com o Departamento Nacional da Criança, mediante uma dotação de Cr$ 500.000 (quinhentos mil cruzeiros).

É necesário deixar assinalado que, sem a cooperação do Fundo Federal Agropecuário, a cujo ilustre Conselho a Sociedade Nacional de Agricultura reitera os seus melhores agradecimentos, a Escola não poderia ter apresentado, em 1965, os apreciáveis resultados alcançados.

A aplicação de recursos oficiais no ensino de nossa juventude, sobretudo daquela que vive no interior é investimento dos mais produtivos — e esta compreensão a teve aquêle Conselho — ao voltar as suas vistas para o único estabelecimento de ensino agrícola do Estado da Guanabara, antigo de mais de sessenta anos.



Curso de Treinamento Agrícola (em regime cooperativo). Entrega de certificados e do retôrno



Farmacia



Velhas Mangueiras



Depósito de Material e ferramentas em uso

ENGORDA DE BOVINOS SOB CONFINAMENTO

ALGUMAS INFORMAÇÕES E CONSIDERAÇÕES COMENTADAS SÔBRE SUA PRÁTICA

Julio Cesar Covelo

As atividades de engorda de bovinos para corte ingressam, atualmente, em nôvo sistema operacional que consiste no confinamento das rêses sob processo de alimentação intensiva e metódica até sua subseqüente entrega à indústria abatedora, quando atingido o pêso satisfatório.

Êsse procedimento, pioneiro entre nós, cuja prática recente vem sendo adotada, apenas, por alguns poucos pecuaristas do Brasil Central e Norte do Paraná, ainda permanece em estágio incipiente. As iniciativas, já em andamento em várias zonas da região, podem ser consideradas como testes de valor prático local do nôvo sistema de engorda, cuja novidade reside no seu vulto industrial sob contrôle técnico, pois que a pequena engorda intensiva, estabulada ou confinada, de animais para corte, sempre foi praticada no mundo rural mesmo em relação às aves.

Originado nos Estados Unidos como procedimento **especificamente industrial** através da iniciativa privada de Roswell Grast, fazendeiro em Yowa, difere êle, por isso e pelo racionamento celulósico predominante que adotou, dos procedimentos tradicionais de engorda intensiva, em escala doméstica, praticada habitualmente pelos campônios dos países europeus no aproveitamento final de seus animais de grande porte, quando no limite de idade útil das respectivas e específicas funções produtoras, e daqueles resultantes de produção excedente nas suas pequenas propriedades rurais.

Na Iuguslávia de após guerra, estabeleceu-se, não só a criação intensiva sob "encerra" em grandes linhas de estábulos de pequenas dimensões, como a própria engorda, também intensiva e estabulada, havendo permitido êsse procedimento tornar-se o país, em pouco tempo, um exportador de carnes consideradas especiais, cujas remessas, só para a Inglaterra, em 1962, atingiram a 33 mil toneladas além das exportações para a Itália, Grécia e Alemanha Ocidental, entre outras nações importadoras.

Considerando os fatôres econômicos, financeiros, climático-estacionais, meteorológicos, sanitários, acidentais, operacionais e de prazo consecutório, que envolvem o tradicional procedimento nacional de engorda bovina por invernagem, e os resultados que vão sendo obtidos nas várias iniciativas locais, embora ainda tateantes, é extraordinàriamente animadora, temos a convicção de que êle será o dominante no país em tempo "record". Relegará a prática extensiva da invernagem de engorda, em terras passíveis à execução de agricultura de subsistência, para o passado rural da nossa terra, permanecendo a sua prática, como mera recordação tradicional, apenas, nas regiões em que a qualidade da terra ou as distâncias não permitam uma agricultura econômica.

COMENTÁRIOS CRÍTICOS E SUGESTÕES OPORTUNAS

Os hábitos e os costumes imperantes, até hoje, em procedimentos pecuários, privados ou oficiais, tanto nos Estados como no próprio âmbito sob responsabilidade do Govêrno Federal, justificam todo e qualquer esfôrço no sentido da fixação de orientação definitiva, normalizadora, que se está retardando a despeito não só da profunda modificação das antigas preferências consumidoras de carnes internas e externas, como das anomalias absurdas e contradições que vêm conturbando a regularidade da comercialização do boi e da carne e que precisam desaparecer. Por isso os comentários abaixo alinhados.

Em primeiro lugar faz-se mister forçar-se nova fase no âmbito rural pecuário, através de divulgação prática e eficiente da engorda confinada, no sentido substitutivo do tradicional e ainda imperante procedimento de invernagem extensiva do gado para o abate, facultando-se a êste sistema, um período evolutivo, a utilização auxiliar do atual patrimônio constituído pelas invernadas, até que

sua predominância passe a declinar, gradativa e espontâneamente, sem maiores perturbações econômicas em virtude das evidentes vantagens daquele procedimento de engorda confinada.

Esta engorda intensiva de bovinos, por confinamente, surgida recentemente, constitui, indiscutìvelmente, a fórmula capaz de promover aquela ação inicialmente evolutiva e finalmente substitutiva da invernagem extensiva, através de produção mais rápida, contínua e econômica de melhores novilhos para corte, solucionando e superando, dentro de breve prazo e definitivamente, não só os nossos velhos problemas de abastecimento de carne nas entressafras que deixarão de existir, como permitindo-nos, também, a franquia dos mercados externos exigentes, ainda hoje restringidos e proibidos ao país pela ignorância oficial do problema pecuário nacional.

Cremos que os princípios fundamentais a serem observados para implantação e sucesso do nôvo método de engorda, no que concerne aos animais, impõem modificações sensíveis nos procedimentos e conceitos atualmente dominantes. Entre êstes avulta pela sua importância a

IDADE DO ANIMAL

Deve-se, de uma vez por tôdas, abandonar a idéia, ainda hoje imperante, de que os bois para abate devem pesar de 17 arrôbas para cima. Isto constitui êrro econômico, pois o que se deve é a capacidade e rapidez ter em conta na engorda do animal transformar forragem em carne, isto é, produzir com 100 kg de forragem o máximo de carne possível. Para se obter rêses de 17 arrôbas para cima, com as boiadas produzidas, atualmente, no Brasil Central, é necessário que elas entrem para a engorda com 3 a 3 1/2 anos de idade. Entretanto, é sabido que essa não constitui a idade em que o animal apresenta melhor capacidade de aproveitamento da forragem. Assim, cada quilo obtido por boi nessa idade custará, no mínimo, de 8 a 10% mais do que o conseguido na idade ideal. Achamos que os animais destinados ao confinamento, não deverão exceder de 28 meses de idade, dado que entre 20 e 28 meses é que as rêses atingem a sua máxima capacidade de transformação da forragem em carne. Diante disso, nossa opinião é que um novilho, recolhido ao confinamento com 22 meses e produzindo uma média de 14 a 14 1/2 arrôbas de carcaça no abate, dará muito mais lucro do que aquêle, com 100 a 120 dias de confinamento. O cálculo é facílimo de se fazer, pois o boi de 22 meses custa, em média, menos 12 a 15% do que o boi de 36 a 42 meses. Aquêle necessitará de 10 a 12% menos de ração para produzir cada quilo de carne, sendo o seu ganho de pêso muito mais rápido. Podemos calcular que, entrados os dois em condições iguais de estado e na mesma data, o boi nôvo sairá pronto, no mínimo, com menos 20% de tempo que o de mais era. Assim, se o cálculo fôr feito com critério, va-

mos verificar que as 3 arrôbas a mais produzidas pelo boi mais velho não oferecem o lucro que se pensa estar obtendo.

A entrada para engorda do boi com 1 1/2 anos menos do que o habitual representa, pois, um lucro incalculável não só para o invernista como, principalmente, para o criador que, assim, poderá aumentar a lotação de seus campos, por não necessitar retê-lo para recria por mais 1 1/2 anos. O giro do capital é muito mais rápido e a produção de carne, por hectare de forragem, sobe proporcionalmente. Isto pôsto, verifica-se que o investimento é menor para o invernista, que adquirirá o novilho magro bem mais barato, no mínimo 15% menos que o de 3 a 3,5 anos, porcentagem esta que representa, integralmente, lucro líquido que deverá ser adicionado ao obtido na engorda.

Com essa prática, ganha o fazendeiro, ganha o invernista e, principalmente, ganha o país.

Os frigoríficos se adaptarão ràpidamente a êsse tipo de boi de 14 arrôbas, pois terão mais facilidade em colocar essa carne de excelente qualidade, em virtude de ser proveniente de animais novos e conter menos gordura.

Não temos dúvida de que, para a exportação, gozará ela de grande preferência.

Outro aspecto a observar, êste referente a um programa a prazo mais longo, é o que concerne à questão da raça a adotar para o programa de engorda em confinamento. Para tirar-se o máximo de benefício dêsse tipo de engorda teremos que preparar gado um pouco diferente do que temos. Sabemos que os bovinos de raças européias, quando alimentados no côcho, têm um aproveitamento bem superior ao do zebú. O seu aparelho digestivo maior e mais aperfeiçoado do que o do gado indiano embora sem a rusticidade dêste, permite-lhe, quando confinado, um ganho de pêso bem maior. É necessário frisar que não pensamos, de maneira alguma, em preconizar a substituição, pelo gado europeu, dos excelentes rebanhos zebus que possuímos pois isso, além de êrro econômico constituiria profundo absurdo. Queremos, todavia, sugerir a prática, em certas zonas de pecuária mais avançada e de fazendas lotadas, de procedimento experimental que reputamos interessante. Trata-se de aproveitar, através de cruzamento, as qualidades do gado europeu no côcho, somadas as de rusticidade do zebu no criatório e aos resultados da heteroze na precocidade ganho de pêso e desenvolvimento. Para a consecução dêsses resultados teremos que nos apressar em acompanhar o que já fazem os países de técnica pecuária bem desenvolvida. O nosso pecuarista terá que manter o seu rebanho produtor de vacas puras zebus e fazê-las cobrir por touros de raça européia. Tôda a produção, quer de machos quer de fêmeas, provenientes dêsse cruzamento, será destinada ao abate.

O fazendeiro, entretanto, continuará mantendo seu plantel puro zebu numa proporção tal que a respectiva produção de fêmeas possa preencher os claros anuais do seu rebanho total de vacas, tanto os dêsse plantel como os das destinadas ao cruzamento, claros êsses ocasionados por morte ou pelo excesso de idade para a função reprodutora. Pelos motivos expostos, aquela produção meio sangue, que chamaremos de comercial, será de valor extraordinário para a engorda em confinamento. Permitirá isto, conforme a raça européia escolhida, que êsses animais sejam abatidos com a idade de 24 meses, dando os machos pesos que se aproximarão das 18 arrôbas e de 15 arrôbas as fêmeas.

Achamos que três raças européias apresentam condições ótimas para êsse procedimento: para as zonas que criam exclusivamente o gado de corte — o Charolês e a Chianina — e para as zonas próximas às bacias leiteiras — o Holandês ou o Flamengo. Nesse caso, não haverá necessidade do abate das fêmeas que, com 2 anos de idade, terão um mercado firme e compensador nas fazendas de exploração leiteira. Preconizamos, para o primeiro caso, a utilização de vacas Nelore, e para o segundo, vacas Guzerat. Convém assinalar que quanto mais puro fôr o rebanho melhor será a sua produção e mais intensos os fenômenos da heteroze. Não acreditamos que êsse programa possa ser adotado, lá, nas fazendas de Mato Grosso, Goiás e outros Estados, onde a pecuária extensiva ainda está num período de expansão isto é, em fazendas não lotadas, longe ainda de sua plena capacidade de criação em que as fêmeas são aproveitadas e disputadas para o aumento da população bovina. A aplicação do processo sugerido seria desastroso nesse tipo de fazenda, pois o pecuarista, aproveitando para a cria as fêmeas meio sangue de gado europeu, nunca chegaria a ter um rebanho puro, de sangue Zebu. Ainda, os produtos dessas fêmeas, cobertas por touros europeus não apresentariam de maneira alguma as vantagens que a heteroze proporciona no primeiro cruzamento. A produção obtida seria preindicada por grande porcentagem de degenerescência ou refinamento.

Êsse programa, que reputamos bom, é exequível, principalmente, nas fazendas lotadas de São Paulo, de certas zonas de Minas, Estado do Rio e de algumas da Bahia, possuidoras de rebanhos de gado Zebu puro.

Com o tempo acreditamos que êsse processo se generalizará a exemplo do procedimento da Argen-

tina, quando teremos então, para a engorda em confinamento, uma matéria-prima de primeira qualidade que trará benefícios econômicos incalculáveis à pecuária do país.

* * *

Trataremos agora, com senso crítico, de um problema nevrálgico referente ao suprimento de carne para consumo interno. Os nossos Governos, até agora, têm procurado resolver a questão do abastecimento de carne aos grandes centros, na entressafra, por preços semelhantes aos das safras. Para isso, vêm adotando o processo de financiar, com bilhões de cruzeiros, os abatedores e frigoríficos a fim de que promovam a estocagem da carne, em câmaras frias, para fornecê-la à população na época de carência. Êsse procedimento oficial, além de utópico como corretivo das crises estacionais, é deficiente e mesmo contraproducente pelas razões que passaremos a expor:

1.º — Não dispomos, atualmente, no Brasil Central, de câmaras frigoríficas com capacidade suficiente para estocagem da carne que permita o franco e normal abastecimento, por todos os estabelecimentos industriais abatedores, dos grandes centros durante o período da entressafra, sem prejudicar outras iniciativas industriais e de comercialização do produto, dado o nosso insuficiente aparelhamento frio. Êsse fato, por si só, não permite o atendimento amplo do consumo no referido período, sendo impossível, portanto, solução regular do problema, fato êste notòriamente conhecido. Além disso, o investimento atual para construção de novos frigoríficos é excessivo e quase proibitivo.

2.º — Precisamos não nos esquecer que a carne estocada em câmara fria quebra no pêso, uma média de 3%. Como essa estocagem é, no mínimo, de quatro meses de duração, teremos por essa razão, aumento de custo correspondente àquela porcentagem de perda que passa a onerar o estoque frio.

3.º — Os juros, comissões e outras pequenas despesas, representam um dispêndio médio nunca inferior a 1 1/2% ao mês, devendo, portanto, ser acrescido ao custo da carne estocada mais 6%, no mínimo.

Com a subida brutal do preço da energia elétrica, mais o custo do difícil manuseio do produto, do aluguel das câmaras e prejuízos decorrentes do deficiente descongelamento da mercadoria, teremos uma despesa de mais 1 1/2% ao mês, o que totaliza, no período restrito de 4 meses, outro acréscimo de 6%.

Somadas essas três parcelas, chegamos à conclusão de que essa carne não poderá ser vendida, na entressafra, senão pelo seu preço de custo na safra acrescido de mais 15%, isto sem se computar um cruzeiro sequer de lucro para o industrial que tem um grande capital investido na sua indústria.

Examinados tais argumentos conclui-se que os programas de estocagem, adotados oficialmente, constituem insucesso diante de sua finalidade, não trazendo benefícios a ninguém, como passaremos a ver.

O CONSUMIDOR

É altamente prejudicado, pois terá que pagar, no mínimo, 20% a mais por um tipo de carne a que não está habituado e que o repugna.

O AÇOGUEIRO

Tem dificuldade de trabalhar êsse produto de preço mais elevado; de colocá-lo por ser, também, de mau aspecto, e que o consumidor não deseja receber, dada a sua condição qualitativa.

O INDUSTRIAL

Permanece com suas câmaras ocupadas durante largo período, prejudicando suas atividades regulares de industrialização, além da possibilidade, verificada não poucas vêzes, dos saldos dêsses estoques, não distribuídos, entrarem pelo período da nova safra, causando-lhe difíceis problemas financeiros e comerciais, pois que, nesses períodos de entressafra, continua havendo pelos retalhistas oferta de carne verde, cuja distribuição não pode ser vedada senão por atos de fôrça contrários à lei.

PREÇO

E, finalmente, temos a questão magna do preço. Se a carne fôr vendida pelo seu justo valor não poderá ela, de maneira alguma, concorrer com o preço do produto fresco, ou verde, que nunca sofreu altas, em períodos de entressafra, superiores a 20%.

A conclusão a que chegamos, tendo em vista êsses argumentos, é que a estocagem da carne, em câmaras frias, para consumo na entressafra, não passa atualmente de plano destituído de razão construtiva, sem bases financeiras e econômicas que o justifiquem, por altamente prejudicial a produtores, consumidores, ao próprio Govêrno e ao país, principalmente a êstes últimos, em virtude dos bilhões a empregar no financiamento da medida que nada proporciona de verdadeiramente útil e a ninguém beneficia.

A crítica é muito fácil e sempre destrutiva, quando não acompanhada de solução substitutiva da matéria criticada. Como nosso intento é construtivo, sugeriremos um programa, em duas fases, para a solução definitiva e econômica dêsse problema que há tantos anos conturba e prejudica a pecuária do Brasil.

A primeira, a que chamaremos de imediata, consiste:

a) no treinamento de grupo ou grupos de pessoas assistidos por técnicos em engorda confinada;

b) na reunião dos usineiros de açúcar do Estado do Rio, Minas, São Paulo e Norte do Paraná, que no momento atravessam crise industrial bem séria, para demonstração das vantagens da engorda confinada do boi, da sua conveniência econômica e de suas possibilidades de lucros;

c) no financiamento da construção dos galpões, da aquisição das máquinas necessárias ao preparo de rações, e do boi magro a confinar;

d) destacar, junto a cada uma dessas usinas, um dos técnicos treinados para projetar as construções e orientar o nôvo procedimento, ao mesmo tempo em que instruirá pessoal para operar e manejar o gado sujeito à engorda confinada a ser implantada.

Sugerimos às usinas de açúcar nesta primeira fase, em virtude de já produzirem a alimentação necessária às rêses a confinar, constituída pelos seus subprodutos de baixo valor, tais como o melaço, a ponta ou ôlho da cana, o palhiço e o bagaço sobrante, necessitando elas adquirir apenas certos produtos e subprodutos industriais como complementos da ração. Paralelamente, passarão a produzir uma quantidade enorme de adubo de que tanto necessitam.

A safra açucareira das usinas se inicia, justamente, quando terminam as chuvas (março, abril, maio), na ocasião em que as gramíneas das invernadas começam a amadurecer e, conseqüentemente, quando os bois invernados tem sua engorda em vésperas de estacionamento, antes de começarem a perder pêso, o que se verifica a partir de fins de julho.

Em razão disso, as rêses, por magras que estejam ao serem recolhidas ao confinamento nesse período, estarão em boas condições de serem comercializadas de agôsto em diante, justamente às vésperas da época em que o problema da carne começa a voltar à baila para se tornar crucial, subseqüentemente, nos meses de outubro e novembro.

Não esperamos que, apenas, o total inicial da produção confinada das usinas de açúcar, nas zonas mencionadas, tenha capacidade para cobrir, logo no primeiro ano, mais de 50% das necessidades consumidoras do Rio e de São Paulo, na fase aguda da entressafra. No entanto, a partir do segundo ano, essa porcentagem poderá ser ultrapassada, pois que, iniciado pelos usineiros o confinamento de engorda em março e abril, poderão ser obtidos dois lotes de rêses gordas até fins de setembro.

Para a solução completa do problema, teremos o concurso dos invernistas mais adiantados, em cujas fazendas existam terras de qualidade apropriada à prática de culturas para o fim específico da engorda confinada, uma vez que não é imprescindível o uso do melaço a tal engorda, podendo-se também, conforme o caso, dispensar a uréia como elemento complementar do procedimento. Esta segunda parte do programa será mais demorada, tendo-se em vista a pouca tendência, do pecuarista de engorda, para qualquer prática agrícola que não seja o plantio de capim. No entanto, uma vez iniciada a engorda confinada pelos invernistas mais dinâmicos e mais esclarecidos, em breve os outros seguirão o exemplo dêstes, principalmente se o plano específico de financiamento dos estabelecimentos oficiais de crédito constituir atrativo, e houver assistência técnica, prática e efetiva na orientação e esclarecimentos dêstes pecuaristas.

Acreditamos que o Govêrno, dispendendo em fi-

Notícias e Informações

II CONGRESSO NACIONAL DE PROBLEMAS DE ALIMENTAÇÃO

Reuniu-se em S. Paulo, no período de 16 a 22 de maio, o II Congresso Nacional de Problemas de Alimentação, promovido pela Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), com o objetivo de estudar problemas alimentares, com especial ênfase a industrialização dos produtos brasileiros, objetivando integral entrosamento das classes produtoras com os Podêres Públicos, tendo em vista aspectos da segurança nacional.

II CONVENÇÃO NACIONAL DE CLUBES 4-S

Reuniu-se no Rio de Janeiro, no período de 9 a 15 de Julho de 1966, a II Convenção Nacional de Clubes 4-S, com o objetivo de estudar o melhoramento e a expansão do trabalho com a juventude rural.

I CONGRESSO INTERAMERICANO DE CLUBES JUVENIS RURAIS

No período de 9 a 15 de Julho de 1966 estiveram reunidos no Rio de Janeiro delegados dos países americanos, no I Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais visando o estudo de medidas para provocar o aumento do número de sócios inscritos em clubes juvenis, os tipos de reconhecimentos recomendáveis a cada nível e os benefícios e limitações da execução de projetos individuais como método educacional.

CONGRESSO PANAMERICANO DE CONSERVAÇÃO DO SOLO

Realizou-se em S. Paulo, no período de 12 a 29 de Abril de 1966, o Congresso Panamericano de Conservação do Solo, que conta com um interessante temário, abrangendo os seguintes assuntos:

a) Os recursos naturais renováveis e a população do mundo;
b) Os recursos naturais e as pesquisas básicas;
c) Uso racional do solo;
d) Uso racional da água;
e) Contrôle da erosão;
f) Aspectos políticos, sociais e econômicos na conservação do solo.

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE LÍDERES DA JUVENTUDE RURAL

Teve lugar no Rio de Janeiro, no período de 13 a 24 de Julho, a Conferência Interamericana de Líderes da Juventude Rural para avaliar os resultados das recomendações aprovadas anteriormente sobre o assunto; desenvolver e melhorar a compreensão sôbre os fatôres que limitam a maior expansão dós programas para a juventude rural nas Américas e o planejamento dos programas anuais de trabalho e, bem assim, determinar e recomendar a ênfase a ser dada aos programas para a juventude rural.

Os delegados à referida Conferência tiveram também a oportunidade de observar as atividades da II Convenção Nacional dos Clubes 4-S e do I Congresso Interamericano de Clubes Juvenis Rurais.

NOVOS ESCRITÓRIOS

O serviço da Extensão Rural de Santa Catarina (ACARESC) inaugurou mais três escritórios locais nos municípios de Mantenópolis, Ecoporanga e Montanha.

IMPORTANTE CURSO

No período de e a 15 de Maio realizou-se um Curso para Gerentes de Cooperativas Agrícolas patrocinado pelo Instituto Brasileiro de Café e a Escola Superior de Agricultura de Lavras.

NOVA DIRETORIA

Foi eleita e empossada a nova diretoria da Federação das Associações Rurais do Estado de Sta. Catarina, que tem como presidente o dinâmico ruralista Roberto Waldir Schmidt.

ENGORDA DE BOVINOS SOB CONFINAMENTO

nanciamentos, através de seus órgãos financeiros, apenas a metade da quantia que vem empregando anualmente para a estocagem da carne, resolverá, num período de apenas 3 a 4 anos, de maneira definitiva, o problema da entressafra, proporcionando também um impulso formidável à pecuária do país, pois que todos os invernistas nacionais procurarão se aparelhar para a produção de matéria-prima necessária a êsse tipo de engorda intensiva que adotarão, não haja dúvida, levados pela constatação de exemplos bem sucedidos entre vizinhos e colegas regionais.

(Continua no próximo número).

PECUÁRIA DE CORTE

Oscar L. Osorio

Rheingantz, eng.º agr.º

Os investimentos em pastagens (incorporação de novas espécies forrageiras e adubação) e em benfeitorias (aramados, aguadas, abrigos, bretes, balanças) devem aumentar a produtividade e a produção de uma fazenda de criação. Essa melhoria decorrerá, simultâneamente de:

a) aumento da produtividade do rebanho;

b) aumento da produtividade do pasto.

PRODUTIVIDADE DO REBANHO — Gado melhor alimentado e manejado deve aumentar sua produção anual de crias e deve alcançar maior precocidade sexual e de acabamento de carcassa. A mortandade de inverno deverá desaparecer ou ser grandemente reduzida. A incidência de doenças e verminoses deverá decrescer. Disso resultará um desfrute anual maior, quer em número de cabeças como em qualidade de carcassa. E qual será o resultante ganho financeiro e econômico?

PRODUTIVIDADE DO PASTO — Pastagem artificial ou melhorada, adequadamente manejada, dará, certamente, maior produção de massa verde e, conseqüentemente, terá maior capacidade de lotação, isto é, comportará maior número de cabeças. A quanto montará o ganho financeiro e econômico?

INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO — Quando um pecuarista investe recursos em sua propriedade para intensificação de sua exploração ganadeira, a amortização anual dos invenstimentos fundiários (entre êles as pastagens melhoradas ou artificiais, permanentes) e as despesas anuais de manutenção, conservação e de administração deverão ser cobertas e superadas pela acrescida receita que forçosamente advirá. Mas de que montante será ela?

COMPOSIÇÃO DO REBANHO — A composição do rebanho ficará modificada com a variação da precocidade sexual, da taxa de produção anual dos ventres em cria e da taxa de crescimento e acabamento dos animais, resultando, evidentemente, um maior giro do capital empregado no rebanho e na exploração. Mas qual será a variação dessa composição.

ÁREA DISPONÍVEL — O interêsse do criador é aumentar o lucro de sua estância. Outra preocupação não teria sentido racional ou prático. E a estância tem área certa, definida, invariável. Importa, dest'arte, determinar o ganho em pêso vivo NA PROPRIEDADE, vale dizer, POR ÁREA e não POR ANIMAL. As pastagens melhoradas conduzem a maiores ganhos tanto por área como por animal, mas o que realmente importa, como medida do resultado econômico, é o GANHO POR AREA.

ÍNDICE DE CONVERSÃO — Sendo o índice de conversão de pasto em carcassa maior nos animais novos e progressivamente menor com o avançar da idade, deve-se esperar maior retribuição econômica das pastagens quando elas forem utilizadas por terneirada nova. Urge, assim, conduzir as pesquisas no sentido de aquilatar a rentabilidade da pastagem artificial ou melhorada em função da criação da terneirada, desde 45 a 60 dias antes do seu nascimento até a idade de 18 a 21 meses.

TIPO DE PASTAGEM — O custo de implantação de uma pastagem PERMANENTE é algo superior ao de uma pastagem ANUAL. Mas como a primeira permanece por muitos anos, devendo ser amortizada de acôrdo com a sua vida útil, ela será, forçosamente, mais econômica do que a pastagem anual, vale dizer, mais barata do que esta. Uma pastagem permanente contendo adequada densidade de trevos tais como o "subterrâneo" e o "branco", permitirá pastoreio em intensidade muito semelhante à anual de inverno, durante essa exigente estação do ano.

PREVISÃO DOS RESULTADOS — Enquanto o pecuarista não puder prever com certa margem de segurança os resultados econômicos que devem advir de um determinado investimento na melhoria de suas pastagens e instalações, êle, evidentemente, pouca motivação terá para investir suas disponibilidades nesse setor.

A pesquisa estatal deve, de imediato ser orientada no sentido de fornecer aos criadores gaúchos os dados básicos de que carecem para a planificação, a longo prazo, da intensificação de suas explorações em bases econômicas racionais e realistas.

Tal pesquisa, no entretanto, só poderá ser bem conduzida dentro das próprias estâncias, principalmente nas de grande extensão e numeroso rebanho, em cada uma das diferente regiões ganadeiras do Estado. Nenhum pecuarista negar-se-á a emprestar, aos organismos estatais de pesquisa e experimentação, uma pequena fração de seus campos e uma "pontinha" de seu rebanho, através convênio de longa duração, para a montagem e condução de um experimento capaz de trazer-lhe vantajosas informações sem qualquer prejuízo ou perda de sua parte.

Considerações sôbre avaliação da rentabilidade dos rebanhos do Rio Grande do Sul

AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO — Considerando o acima exposto, especialmente o problema da melhoria simultânea da PRODUTIVIDADE ANIMAL e da PRODUTIVIDADE DO PASTO, partimos para uma apreciação teórica da modificação da composição do rebanho em área de 1.000 hectares, em decorrência da variação da precocidade sexual das vaquilhonas, da idade de beneficiamento dos novilhos, da porcentagem de produção de crias e da lotação crescente dos pastos.

Inicialmente tentamos estabelecer as condições atuais do rebanho nestas nossas paragens; a seguir estimamos sua composição por categoria de animais, conforme abaixo detalhado. O fator MORTANDADE não foi considerado, para simplificação dos cálculos.

No CASO "A" procuramos, primeiro, estabelecer a composição do rebanho com base em 600 ventres em cria, renovados anualmente em 100 cabeças. A partir daí "montamos" o rebanho e calculamos a participação percentual de cada categoria de idade (de 12 em 12 meses) e as vendas obrigatórias para sua renovação parcial anual. A seguir avaliamos a área em hectares ocupada por êsse rebanho, com base no ÍNDICE de "cabeças adultas" ("CI" = cabeças-índice), conforme indicado. Por fim calculamos o tamanho do rebanho, de igual composição, numa lotação de 0,65 "CI" por hectare numa área de 1.000 Ha.

No CASO "B", procedemos de igual forma, porém variando diversas condições, tais como a precocidade sexual, o crescimento mais rápido, maior porcentagem de produção de crias, etc... A lotação foi aumentada para 0,80 "CI" por hectare.

Outras variações em diversas das condições de regime de manejo são apresentadas no Quadro Geral, no qual analisamos seis "casos", comparativamente. E no final dês e quadro tentamos avaliar o valor dos animais vendidos numa tentativa de visualizar a rentabilidade.

CASO "A"

1.º — Vaquilhonas dando a primeira cria aos [illegible] anos de idade
2.º — Venda das novilhas excedentes aos 2 1/2 anos
3.º — Venda dos novilhos aos 4 1/2 anos
4.º — Porcentagem de produção dos ventres em cria, de 50%
5.º — Vacas dando 6 crias em anos sucessivos
6.º — Vacas velhas vendidas gordas aos 10 1/2 anos de idade
7.º — Touros na proporção de 5 para 100 ventres, renovados anualmente em 25%
8.º — Mortandade nula.



COMPOSIÇÃO DO REBANHO NAS CONDIÇÕES ACIMA

150 fêmeas até 12 meses	7,77202%		
150 fêmeas de 18 a 24 meses	7,77202%		
150 fêmeas de 25 a 36 meses	7,77202%	(50 excedentes	2,59067%)
600 fêmeas em cria	31,08808%		
100 fêmeas invernadas	5,18135%	(100 a vender	5,18135%)
1.150 fêmeas	59,58549%	(150 a vender	7,77202%)
150 machos até 12 meses	7,77202%		
150 machos de 18 a 24 meses	7,77202%		
150 machos de 25 a 36 meses	7,77202%		
150 machos de 37 a 48 meses	7,77202%		
150 machos de 49 a 60 meses	7,77202%	(150 a vender	7,77202%)
30 touros	1,55440%	(25% a vender	0,38860%)
780 machos	40,41451%	(157,5 a vender ...	8,16062%)
TOTAL DO REBANHO: 1.980 cabeças	100,00000%	(307,5 a vender ...	15,92%)

"CABEÇA-ÍNDICE" PARA CÁLCULO DA LOTAÇÃO POR HECTARE

300 cabeças até 12 meses	por 0,25 =	75
300 cabeças de 1 a 2 anos	por 0,60 =	180
300 cabeças de 2 a 3 anos	por 0,90 =	270
1.030 cabeças acima de 3 anos	por 1,00 =	1.030
1.930 cabeças (lotação 1 CI/Ha)		1.555 Ha

O MESMO REBANHO EM 1.000 HECTARES

96,45077 fêmeas até 12 meses	
96,45077 fêmeas de 1 a 2 anos	
96,45077 fêmeas de 2 a 3 anos	(32,15025 excedentes)
385,80307 fêmeas acima de 3 anos	
64,30052 fêmeas invernadas	(64,30052 a vender)
739,45593 fêmeas das quais	96,45077 serão vendidas anualmente
96,45077 machos até 12 meses	
96,45077 machos de 1 a 2 anos	
96,45077 machos de 2 a 3 anos	
96,45077 machos de 3 a 4 anos	
96,45077 machos de 4 a 5 anos	(96,45077 a vender)
19,29015 touros	(4,82254 a vender)
501,54403 machos dos quais	101,27331 serão vendidos anualmente

Desfrute anual: 197,72408 cabeças em 1.000 Ha

(A lotação acima refere-se a UMA "CI" por hectare. No caso da lotação ser de 65%, isto é, 0,65 "CI", o rebanho será igual a 65% do acima indicado).

CASO "E"

1.º — Vaquilhonas dando a primeira cria aos 3 anos de idade
2.º — Venda das novilhas excedentes com 1 1/2 anos
3.º — Venda dos novilhos ao 3 1/2 anos
4.º — Porcentagem de produção dos ventres, de 60%
5.º — Vacas dando 7 crias em anos consecutivos
6.º — Vacas velhas vendidas aos 10 1/2 anos
7.º — Touros na proporção de 5 para 100 ventres, renovados anualmente em 20%
8.º — Mortandade nula

COMPOSIÇÃO DO REBANHO NAS CONDIÇÕES ACIMA

Fêmeas até 12 meses de idade	10,023866%	132,91145
Fêmeas de 13 a 24 meses	10,023866%	132,91145
Fêmeas de 25 a 36 meses (em cria)	4,773260%	63,29116
Fêmeas em cria (acima de 4 anos)	28,639618%	379,74015
Fêmeas velhas invernadas	4,773269%	63,29116
Total de fêmeas	58,23389 %	772,15226 cabeças
Machos até 12 meses	10,023866%	132,91145
Machos de 13 a 24 meses	10,023866%	132,91145
Machos de 25 a 36 meses	10,023866%	132,91145
Machos de 27 a 48 meses	10.023866%	132,91145
Touros	1 670645%	22,15190
Total de machos	41,766109%	553,79772 cabeças
REBANHO TOTAL	100,000000%	1.324,9493 cabeças

VENDAS ANUAIS:

Novilhas excedentes	5,250596%	69,62028
Vacas velhas invernadas	4,773269%	63,29116
Novilhos	10,023866%	132,91145
Touros (renovação)	0,417660%	22,15190
Desfrute anual	20,465392%	271,20 cabeças

(A lotação acima refere-se a UMA "CI"/Ha. Para uma lotação de 0,80 "CI" o rebanho será igual a 80% do acima indicado).

ESTIMATIVA DA RECEITA BRUTA — A estimativa que apresentamos no QUADRO GERAL é grosseira, não só pela dificuldade de se estabelecer o valor médio de venda para cada categoria de animais, como também por não podermos corretamente avaliar o tipo de animal que seria obtido em pastagens melhoradas ou artificiais, se nelas fôr êle mantido desde o nascimento.

Conhecemos o pêso médio, nas diferentes idades, nas condições atuais de cria extensiva em campos nativos. Mas os animais nascidos e criados em pastagens deverão ser bem diferentes.

Acreditamos ter tomado preços bastante aproximados da realidade; o êrro deverá ser por falta e não por excesso de valor. É o caso, por exemplo, dos bois de 2 a 3 anos, em pastagens, para os quais estimamos o valor de venda de Cr$ 140.000, mas que, provàvelmente, devem atingir Cr$ 170.000 a .... Cr$ 190.000, mesmo preço que aplicamos para os bois de 3 a 4 e de 4 a 5 anos.

De qualquer forma nossa estimativa serve para início de conversa: o CASO "A" nos deu uma receita bruta de Cr$ 21.733.100, enquanto o CASO "F" alcançou Cr$ 68.913.400 sempre numa fazenda de 1.000 hectares, o que dá Cr$ 21.733 a Cr$ 68.913 de receita BRUTA por hectare.



A criação em bases técnicas do gado holandês, constitui, sem dúvida, fator de prosperidade para os pecuaristas, do Rio Grande do Sul.

QUADRO GERAL

1.ª cria aos	4 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos	3 anos
Venda das novilhas aos	2 a 3 anos	1 a 2 anos	1 a 2 anos	1 a 2 anos	1 a 2 anos	1 a 2 anos
Venda dos novilhos aos	4 1/2 anos	3 1/2 anos	2 1/2 anos	2 1/2 anos	1 1/2 anos	2 1/2 anos
Produção sôbre ventres em cria	50%	60%	70%	80%	80%	80%
Vacas em cria dando	6 crias	7 crias	7 crias	7 crias	7 crias	7 crias
Vacas velhas vendidas aos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Lotação em "CI"/Ha	0,65	0,80	1,00	1,25	1,25	1,50
	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"
COMPOSIÇÃO DO REBANHO EM 1.000 Ha						
Fêmeas até 12 meses	62,69(100)	106,33(169,61)	167,69(267,49)	225,38(359,52)	269,03(429,14)	270 45(431,40)
Fêmeas de 1 a 2 anos	62,69(100)	106,33(169,61)	167,69(267,49)	225,38(359,52)	269,03(429,14)	270 45(431,40)
Fêmeas de 2 a 3 anos	62,69(100)	—	—	—	—	—
Fêmeas em cria	250,08(100)	354,42(141,72)	479,12(191,59)	563,43(225 30)	672,56(268,94)	676 11(270,36)
Fêmeas invernadas	41,80(100)	50,63(121,12)	86,45(163,76)	80,49(192,56)	96 08(229,86)	96,59(231,08)
TOTAL FÊMEAS	480,65(100)	617,72(128,52)	882,96(183,70)	1094 65(227,74)	1306,69(271,86)	1313,58(273 31)
Machos até 12 meses	62,69(100)	106,33(169,61)	167,69(267,49)	225,38(359,52)	269,03(429,14)	270 45(431,40)
Machos de 1 a 2 anos	62,69(100)	106,33(169,61)	167,69(267,49)	225,38(359,52)	269,03(429,14)	270,45(431,40)
Machos de 2 a 3 anos	62,69(100)	106,33(169,61)	167,69(267,49)	225,38(359,52)	—	270,45(431,40)
Machos de 3 a 4 anos	62,69(100)	106,33(169,61)	—	—	—	—
Machos de 4 a 5 anos	62,69(100)	—	—	—	—	—
Touros (5, sôbre ventres)	12,54(100)	17,72(141,31)	23 96(191,07)	28,18(224,72)	33,63(269,04)	33,81(269,62)
TOTAL MACHOS	326,00(100)	443,04(135,90)	527,04(161,67)	704,29(216 04)	571,68(175,36)	845,15(259,25)
EXISTÊNCIA EM 1.000 HECTARES						
TOTAL CABEÇAS	806,75(100)	1325,95(164,36)	1409,99(174,77)	1798,94(222,97)	1878,36(232,83)	2158 73(267,58)
TOTAL VENTRES EM CRIA	250,08(100)	354,42(141,72)	479,12(191,59)	563,43(225 30)	672,56(268,94)	676 11(270,36)
TOTAL CABEÇAS DESERTADAS	128,52(100)	217,09(168,92)	341,38(265,62)	457,79(356,20)	546,45(425,19)	549,35(327,44)
VENDAS POR CATEGORIA DE ANIMAIS						
Vaquilhonas de 2 a 3 anos	20,90(100)	—	—	—	—	—
Novilhas de 1 a 2 anos	—	55,70(266,51)	99,25(474 88)	144 88(693,21)	172,95(827,51)	173 85(831,82)
Vacas velhas invernadas	41,80(100)	50,63(121,12)	68,45(163,76)	80,49(192,56)	96,07(229,83)	96,59(231,08)
Bois de 4 a 5 anos	62,69(100)	—	—	—	—	—
Bois de 3 a 4 anos	—	106,33(169,61)	—	—	—	—
Novilhos de 2 a 3 anos	—	—	167,69(267,49)	225,38(359,51)	—	270,45(431,41)
Novilhos de 1 a 2 anos	—	—	—	—	269,02(429,14)	—
Touros (25% dos existentes)	3,13(100)	4,43(141,53)	5,99(191,37)	7,04(224,92)	8,41(268,69)	8,44(269,65)

Para a nossa estimativa, tomamos os seguintes valôres, por cabeça:

Vaquilhonas de 2 a 3 anos	Cr$ 120.000
Novilha de 1 a 2 anos	80.000
Vacas velhas gordas	160.000
Bois de 4 a 5 anos	190.000
Bois de 3 a 4 anos	170.000
Novilhos de 2 a 3 anos	140.000
Novilhos de 1 a 2 anos	90.000
Touros	200.000

RECEITA BRUTA EM 1.000 HECTARES

(em 1.000 cruzeiros)

	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"
Vaquilhonas	2.508	4.456	7.940	11.590	13.836	13.902
Vacas velhas	6.688	8.100	10.952	12.878	15.371	15.454
Novilhos e bois	11.911	18.076	23.476	31.553	24.218	37.363
Touros	626	886	1.198	1.408	1.682	1.688
	21.733	31.518	43.566	57.430	55.108	68.913

A mesma receita em índices:

Vaquilhonas	100	177,67	316,59	462,14	551,67	554,55
Vacas velhas	100	121,12	163,73	192,56	229,83	231,08
Novilhos e bois	100	151,76	197,10	263,90	203,29	317,88
Touros	100	141,56	191,37	224,92	268,69	260,65
	100	145,08	200,46	264,25	253,57	317,09

Essa estimativa dá o que pensar, sem dúvida, a menos que os valôres tomados sejam muito mais baixo do que a realidade.

As numerosas pesquisas feitas com engorde de animais em pastagens permanentes e anuais, em vários pontos do país, não nos fornecem elementos seguros para estimativa do resultado capaz de ser conseguido com o melhoramento dos pastos, porque sempre partem ou partira mde animais já criados, de mais de 12 meses de idade. Urge estabelecer a taxa de crescimento e de ganho de pêso, por hectare, partindo da vaca gestante, pelo menos seis semanas antes da parição e mantidos os terneiros em pastagem, até o final.

AS GRANDES INGÓGNITAS — Tudo isso para formular as perguntas "chave":

1.º — Qual o limite ATINGÍVEL da produtividade animal e da produtividade da pastagem? ou qual a relação entre o investimento na pastagem e a produção que ela pode dar?

2.º — Que investimentos serão necessários, em adubos, sementes, aramados, abrigos, etc... para que o limite ATINGÍVEL de produtividade, seja alcançado?

3.º — Quantos anos deverão transcorrer entre a inversão e a consecução dessa produtividade?

Oscar L. Osorio Rheingantz, Eng.º Agrº

CAMPANHA DE HORTAS DOMÉSTICAS

Atendendo ao apêlo dirigido pelo Dr. Lino Custódio Almeida e Silva, Delegado do Ministério da Agricultura no Estado da Guanabara, o diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello" resolveu colaborar na "Campanha de Hortas Domésticas", que se desenvolve no Estado por iniciativa do Ministério da Agricultura e com a participação do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Economia, da ABCAR e do ETA

Para funcionar no projeto pilôto de Campo Grande, ao lado do Eng. Agrônomo Pelegrini Tolomel, foi designado o Professor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", Agrícola Castelo Borges, técnico formado naquele estabelecimento, que vem atuando na parte prática da Campanha, que conta com o apoio financeiro do Fundo Federal Agropecuário.

O trabalho vem se desenvolvendo em diversas escolas primárias da zona rural (Campo Grande) através demonstrações práticas de sementeira, repicagem, tratos culturais, inclusive defesa sanitária, bem como através a distribuição farta de sementes, acompanhadas de instruções e assistência técnica, inclusive adubação.

Nada menos de 90.000 envelopes com sementes de hortaliças foliáceas, de frutos e de raízes, estão sendo distribuídos aos interessados no cinturão verde da Guanabara.

CLIMA E POLÍTICA

ADALBERTO SERRA

As sucessivas crises de Govêrno que culminaram na presente situação, já estavam previstas desde 1958, conforme artigo publicado na revista "A GLEBA" de Agôsto daquele ano, a propósito do "CLIMA DE BRASÍLIA". Dissemos então que malgrado as noites frescas, a longa estação sêca de Brasília constituia um grave inconveniente, dadas a forte insolação, baixa umidade, e falta das passagens frontais típicas do Rio. Prognosticamos dêsse modo, um acentuado declínio da atividade mental, com o sistema de vida evoluindo para o das civilizações andinas, modêlo pouco invejável. E que o Govêrno, abandonando o Sul, iria retardar o progresso do País, cabendo ao futuro demonstrar os maus resultados do modêlo tropical, cujos males a altitude não atenua, apenas ilude".

Com efeito, pondo de parte os fatores econômicos, sociais ou ideológicos que impediram até agora uma solução democrática, podemos afirmar que a **localização da nova Capital contribuiu para tanto de modo decisivo**. Já não nos referimos ao isolamento em que ficaram o Congresso e o Judiciário, sem a caixa de ressonancia, constituída pelo ambiente cultural e progressista do Rio. Ou mesmo à bipolaridade do Executivo, obrigado a datar de Brasília, o que sob pressões diversas (grupos econômicos, sindicato, quartéis, etc.), fica resolvido na Guanabara.

Trata-se de aspectos bem conhecidos, mas que não interessam ao nosso estudo.

Versaremos ùnicamente as condições **climáticas** do Planalto, de todo hostis ao diálogo democrático, ou à franca discussão dos problemas.

Muitos admiram a vocação liberal e o respeito às opiniões, vigentes nos E. Unidos e Europa Ocidental. Mas trata-se de países percorridos pelos ciclones da Frente Polar, onde a forte variabilidade dos elementos, as chuvas constantes e o céu claro ou encoberto, estimulam a diversidade das opiniões, num estado de espírito propício à polêmica. Isto sem falar na baixa temperatura, que impede ao trabalho e ao exercício mental. É com efeito a própria Natureza, que através a constante mudança do Tempo apresenta ao homem quadros imprevistos, deixando-lhe no espírito a semente da dúvida, com a expectativa da chuva ou do sol.

De modo oposto se comportam as regiões muito frias, onde imperam no inverno condições estáveis anticiclônicas (URSS, Sibéria, China), bem como as mais quentes, de bom Tempo no verão (Península Ibérica, Argélia, Egito, Arábia), ou mesmo no inverno (Brasil Central).

Tudo aí conduz inexoràvelmente, pelo panorama único de céu limpo, baixa umidade e monotonia do clima, à convicção de que só existe um aspecto nos problemas, as dúvidas ficando eliminadas pela certeza do Tempo.

Entre as nações andinas (Colômbia, Equador, Bolívia, Peru), a menor temperatura resultante da altitude em nada modifica tais condições, a estação sêca e limpa do inverno exasperando o sistema nervoso.

E isto, sobretudo nos **homens de govêrno** que o têm tão sensível, dada a sobrecarga de trabalhos inúteis que a si próprios se atribuem.

A velha Capital já estava num ponto não muito conveniente, como o Rio. Se quizessemos enveredar para melhores práticas democráticas, deveríamos tê-la deslocado para o Sul, nunca para o Norte. Assim, São Paulo ou Curitiba constituiriam uma boa escolha, e melhor ainda Pôrto Alegre.

Ao invés, tornou-se justamente o modêlo andino, com a mudança para Brasília. O resultado era esperado: o fundador da cidade acabou exilado, seu sucessor renunciou exasperado, o terceiro governante está refugiado, etc.

Ao concluirmos, cabe uma sugestão: se voltar ao Rio parece difícil, poder-se-ia aproveitar do Planalto justamente a sua **fase chuvosa**, de maior variabilidade do Tempo, ali fazendo funcionar o Congresso, de **Setembro** até Abril, deslocando o período das férias para o inverno **sêco e monótono**. Nos de Maio a Agôsto, estando o Legislativo em recesso, o Executivo também voltaria para o Rio. Estamos certos de que, à falta de melhor, esta simples providência poderia acarretar uma profunda modificação no rumo dos graves, e de outro modo inevitáveis, acontecimentos futuros. Como prova do que afirmamos, segue o quadro da Variabilidade média dos elementos:

	Brasília	R. de Janeiro	Pôrto Alegre
Temperatura	1º,4	1º,8	2º,2
Pressão	0,9	2,0	3,4
Nebulosidade	1,5	2,9	3,0

Informes mais detalhados poderão ser obtidos em nosso "Atlas Climatológico do Brasil" todos confirmando a má localização da nova capital, fonte principal das perturbações que têm desgraçado o País.

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Nesta secção, de caráter permamente, inseriremos todos os atos emanados dos podêres legislativo e executivo federais, de interêsse da classe rural. Abrangerá a publicação as leis, decretos, portarias e outros, publicados no Diário Oficial nos dois meses anteriores.

DECRETO N.º 55.965 — DE 20 DE ABRIL DE 1965

Declara de utilidade pública o "Aprendizado Agrícola São Judas Tadeu", com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal e atendendo ao que consta do Processo M.J.N.I. 22.467, de 1963, decreta:

Artigo único. É declarado de utilidade pública, nos têrmos do art. 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agôsto de 1935, combinado com o art. 1.º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 50.517, de 2 de maio de 1961, o "Aprendizado Agrícola São Judas Tadeu", com sede em Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.

Brasília, 20 de abril de 1965, 144.º da Independência e 77.º da República.

H. Castello Branco
Milton Soares Campos

D.O. 22-6-66.

DECRETO N.º 58.259 — DE 25 DE ABRIL DE 1966

Altera o que "cria o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL, e dá outras providências.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, n.º 1, da Constituição, e nos têrmos do disposto no art. 69 da Lei n.º 4.728, 4.728, de 14 de julho de 1965, decreta.

I — O artigo 4.º, do Decreto n.º 58.193, de 14 de abril de 1966, passa a ter a seguinte redação:

Art. 4.º A gestão do FUNFERTIL caberá a uma Junta Deliberativa, composta de 6 (seis) membros, todos nomeados pelo Presidente da República, que representarão:

1) O Ministério da Agricultura.
2) O Banco Central da República do Brasil.
3) O Banco Nacional de Crédito Cooperativo.
4) O Banco do Brasil S. A.
5) O Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA).
6) A Comissão de Financiamento da Produção.

Parágrafo único. A Junta Deliberativa será presidida pelo representante do Banco Central da República do Brasil, sendo suas deliberações tomadas por maioria simples, com a presença de, no mínimo, 4 (quatro) de seus membros, e contará com uma Secretaria Executiva, a cargo de um Secretário Executivo, nomeado pelo Presidente da República.

Brasília, 25 de baril de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Ney Braga

D. O. — 2-5-66

DECRETO N.º 58.597 — DE 10 DE JUNHO DE 1966

Reestrutura a Equipe de Coordenação do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I da Constituição Federal, e

Considerando que a melhoria da produtividade dos rebanhos leiteiros é uma medida que se impõe, tendo em vista a necessidade de regularizar o abastecimento de leite dos principais centros consumidores;

Considerando que o Govêrno vem de concluir estudos visando o desenvolvimento de um programa de aplicação no qüinqüênio 1967-1971, destinado ao fomento da produção e produtividade da pecuária leiteira, mediante o melhoramento genético dos rebanhos melhoria das condições de alimentação e manejo;

Considerando que, sòmente com a conjugação de assistência técnica e crédito é possível elaborar nível tecnológico das emprêsas pecuárias;

Considerando que as providências a adotar devem figurar entre as de absoluta prioridade, quer pela relevância do problema, quer porque poderão produzir resultados favoráveis a curto e médio prazo, decreta:

Art. 1.º A Equipe de Coordenação do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro, instituída junto ao Departamento de Promoção Agropecuária pelo Decreto n.º 52.640, de 9 de outubro de 1963, passará a funcionar com a nova estrutura e atribuições previstas no presente Decreto.

Art. 2.º A Equipe de Coordenação do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro terá a seguinte composição:

I — Conselho Deliberativo
II — Secretaria Executiva

Art. 3.º O Conselho Deliberativo que constituirá

a mais alta instância deliberativa para a execução do Plano e Coordenação das atividades das entidades que dêle participem, terá a seguinte constituição:

I — Diretor do Departamento de promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura.

II — Secretário Executivo do Fundo Federal Agropecuário.

III — Secretário Executivo da Comissão de Planejamento de Política Agrícola.

IV — Secretário Executivo do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro.

V — Diretor do Departamento do Planejamento da Superintendência Nacional do Abastecimento.

VI — Gerente da Coordenação de Crédito Rural e Industrial do Banco Central da República do Brasil.

VII — Gerente de Operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil Sociedade Anônima.

VIII — Diretor de Crédito do Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

IX — Presidente da União Brasileira das Cooperativas Centrais de Laticínios.

X — Presidente da Comissão de Pecuária Leiteira da Confederação Rural Brasileira.

§ 1.º O Conselho será presidido pelo Diretor-Geral do Departamento de Promoção Agropecuária do Ministério da Agricultura ou nos seus impedimentos, pelo Secretário Executivo do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro.

§ 2.º Cada membro do Conselho indicará o seu respectivo suplente, que o substituirá oas suas ausências e impedimentos eventuais, quando terá as mesmas atribuições e vantagens do titular.

§ 3.º O Conselho reunir-se-á, ordinàriamente, uma vez por mês, e, extraordinàriamente, quando convocado pelo Presidente, por sua própria iniciativa ou atendendo solicitação fundamental de qualquer de seus membros.

§ 4.º O Conselho deliberará com a presença de, pelo menos seis de seus membros ou respectivos suplentes e as decisões serão tomadas por maioria simples de votos, sempre com base em estudos ou pareceres elaborados pela Secretaria Executiva.

Art. 4.º São atribuições do Conselho Deliberativo:

I — Aprovar o Regimento Interno e a organização dos órgãos que comporão a Secretaria Executiva;

II — Aprovar os projetos regionais elaborados pela Secretaria Executiva e fiscalizar a sua execução;

III — Cometer a seus membros, encargos junto aos órgãos que representam, visando à solução de problemas ligados à execução do Plano:

IV — Aprovar os informes mensais e relatórios anuais da Secretaria Executiva a respeito do andamento e dos resultados obtidos com a execução do Plano e dos Projetos Regionais e deliberar sôbre ajustamentos de suas metas e programas;

V — Convidar, para participar do Conselho representantes de entidades públicas ou privadas, cuja colaboração seja julgada de interêsse para realização do Plano.

Art. 5.º A Secretaria Executiva, órgão sob cuja responsabilidade ficará a execução, administração geral e fiscalização do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro, terá a seguinte organização:

I — Direção Central

II — Coordenadorias Regionais

III — Escritórios Regionais

§ 1.º A Secretaria Executiva será regida por "Regimento Interno" aprovado pelo Conselho Deliberativo e dirigida por Secretário Executivo, obrigatòriamente Engenheiro Agrônomo ou Veterinário, designado pelo Ministério da Agricultura por indicação do Diretor-Geral do Departamento de Promoção Agropecuária.

§ 2.º A Direção Central da Secretaria Executiva, órgão de administração central do Plano, será organizada em Setores e Equipes, criados por decisões do Conselho Deliberativo e propostas do Secretário Executivo.

§ 3.º As Coordenadorias Regionais, órgão de supervisão e fiscalização que devem jurisdicionar as bacias leiteiras serão criadas por decisões do Conselho Deliberativo e propostas do Secretário Executivo.

§ 4.º Os Escritórios Regionais, instrumenots de execução do Plano, funcionarão junto às cooperativas locais de produtores do leite e serão criadas por decisões do Conselho Deliberativo e propostas do Secretário Executivo.

Art. 6.º Os Escritórios Regionais, que terão o encargo de selecionar os criadores que farão jus a prêmios, doações, bem como os candidatos aos programas de fianciamentos conjugados com assistência técnica previstos nos projetos regionais, terão a seguinte constituição:

I — Supervisor do Escritório Regional do Plano.

II — Gerente da Agência local do Banco do Brasil S.A.

III — Presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite.

Art. 7.º Nas coordenadorias Regionais poderão também funcionar Conselhos aprovados pelo Conselho Deliberativo, nos têrmos do Regimento do PLAMAM, e terá como membros natos o Coordenador Regional do PLAMAM e os Presidentes das Cooperativas Centrais de produtores existentes na Bacia Leiteira.

Parágrafo único. As Coordenadorias Regionais serão administradas por Coordenadores e os Escritorios por Supervisores, obrigatòriamente Engenheiro Agrônomo ou Veterinário, designados pelo Secretário Executivo.

Art. 8.º São atribuições da Secretaria Executiva:

I — Elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo projeto de seu "Regimento Interno", bem como propostas para criação de setores e equipes administrativas e de Coordenadorias e Escritórios Regionais;

II — Administrar a execução do Plano mantendo com as entidades públicas e privadas, os entendimentos que se fizerem necessários ao seu cumprimento, inclusive objetivando a aquisição e importação de equipamentos agrícolas e outros materiais destinados ao serviços próprios de seus órgãos ou das cooperativas e criadores integrados no Plano; aplicar as dotações orçamentárias e os recursos concedidos por entidades públicas e privadas para a execução do Plano;

III — Elaborar e submeter à apreciação do Conselho Deliberativo projetos regionais específicos contendo minuciosa descrição das atividades a serem executadas e especificações dos recursos humanos e materiais necessários.

IV — Elaborar e submeter à apreciação do Conselho Deliberativo informes mensais e relatórios anuais com estudos e avaliações dos resultados obtidos com a execução do Plano, em suas diversas etapas, visando ao aperfeiçoamento metódico dos trabalhos e ao ajustamento das metas programadas;

V — Solicitar a colaboração e propôr ao Ministério da Agricultura a requisição de técnicos pertencentes a entidades públicas, autárquicas, paraestatais e de economia mista; contratar pessoal técnico e administrativo; propôr gratificações por serviços prestados, ajustar com entidades especializadas a

realização de estudos técnicos e levantamentos especiais; adquirir ou requisitar materiais, e efetuar as demais providências adminisrtativas necessárias à execução do Plano de acôrdo com a legislação, normas e regulamentos em vigor.

VI — Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Deliberativo.

Art. 9.º Os serviços e demais despesas da Equipe de Coordenação do Plano de Melhoramento da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro, serão custeados com recursso provenientes de dotações orçamentárias próprias ou colocadas à disposição do Plano de Melhoramentos da Alimentação e do Manejo do Gado Leiteiro, serão custeados com recursos provenientes de dotações orçamentárias próprias ou colocadas à disposição do Plano pelo Fundo Federal Agropecuário Superintendência Nacional do Abastecimento ou outros órgãos e entidades públicas e privadas interessadas no desenvolvimento d apecuária Leiteira nacional.

Art. 10. Os financiamentos às cooperativas e criadores serão efetuados, com recursos próprios da rêde bancária integrada no Sistema Nacional de Crédito Rural e dotações específicas destinadas pelo Fundo Geral para Agricultura e Indústria (FUNAGRI) para aplicação na execução do Plano.

Art. 11 A fim de alcançar plena eficiência dos serviços afetos ao PLAMAM e a juízo do Ministro da Agricultura poderá ser proposto o regime de tempo integral para o seu pessoal técnico e administrativo, nos têrmos da Legislação em vigor.

Art. 12. Êste Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o de n.º 52.640, de 9 de outubro de 1963 e demais disposições em contrário.

Brasília, 10 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Ney Braga

D. O. — 14-6-66

DECRETO N.º 58.605 — DE 11 DE JUNHO DE 1966

Dispõe sôbre a atualização dos valôres das multas previstas na legislação especial e economia canavieira, na forma do art. 42, da Lei n.º 4.870, de v.º de dezembro de 1965.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 87, n.º I, da Constituição Federal, e considerando o parecer de 10 de fevereiro de 1966, do Conselho Nacional da Economia, que concluiu pela correção de multas con a aplicação dos coeficientes fixados na Resolbção n.º 3-66, baixada pelo mesmo Conselho, em 25 de janeiro de 1966, decreta:

Art. 1.º Em cumprimento ao que dispõe o artigo 42 da Lei n.º 4.870, de 1.º de dezembro de 1965, ficam corrigidos os limites mínimos e máximos dos valôres das multas aplicáveis por infração aos preceitos da legislação especial à economia canavieira, com a adoção dos seguintes coeficientes:

a) De 232, 03 — para os valôres estabelecidos pelo Decreto-lei número 1.831, de 4 de dezembro de 1939;

b) De 198,88 — para os valôres estabelecidos pelo Decreto-lei número 3.855, de 21 de novembro de 1941; e

c) De 139,22 — para os valôres estabelecidos pelo Decreto-lei número 5.988, de 18 de novembro de 1943.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brastlia, 14 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Paulo Egydio Martins

DECRETO N.º 58.716 — DE 24 DE JUNHO DE 1966

Amplia a área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, assim declarada pelo Decreto número 56.795, de 27 de agôsto de 1965.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e nos têrmos do artigo 43 § 2.º, da Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do artigo 40 do Decreto n.º 55.891, de 30 de março de 1965, decreta:

Art. 1.º Fica ampliada a área prioritária de emergêngia para fins de Reforma Agrária assim declarada pelo Decreto n.º 56.795, de 27 de agôsto de 1965, acrescendo-se-lhe a região constituída pelos seguintes Municípios do Estado de Minas Gerais: Formoso, Arinos, São Romão. Santa Fé de Minas, João Pinheiro e Buritizeiro.

Art. 2.º A região acrescida e definida pelo artigo anterior ficará sob a jurisdição da Delegacia Regional de Brasília, IBRAR de Brasília, que excercerá sôbre aquela tôdas as atividades previstas pelo artigo 52 do Regulamento aprovado pelo Decreto número 55.889, de 31 de março de 1965.

Art. 3.º Fica ampliado para 3 (três) anos o prazo de intervenção fixado no artigo 3.º do Decreto n.º 56.795, de 27 de agôsto de 1965, a qual se excercerá sôbre a area ora acrescida.

Art. 4.º Os trabalhos do IBRAR de Brasília obedecendo ao Plano de Emergência a ser incluído no respectivo Plano Regional de Reforma Agrária, envolverão tôdas aquelas atividades já previstas pelo decreto que dispês sôbre a criação da referida área prioritária, desenvolvendo-se também sôbre a área presentemente acrescida.

Art. 5.º O Serviço do Patrimônio da União transferirá para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, nos têrmos do artigo 9.º, inciso I, e do artigo 10, § 3.º do Estatuto da Terra, os imóveis pertencentes à União que estejam situados na área ora acrescida e que não tenham outra destinação específica.

Art. 6.º O presente decreto entrará em viçor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Octavio Bulhões

DECRETO N.º 58.717 — DE 24 DE JUNHO DE 1966

Amplia a área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária, assim declarada pelo Decreto n.º 57.081, de 15 de outubro de 1965.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição Federal, e nos têrmos do artigo 43, § 2.º da

Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, e do artigo 40 do Decreto n.º 55.891, de 30 de março de 1965, decreta:

Art. 1.º Fica ampliada a área prioritária de emergência para fins de Reforma Agrária assim declarada pelo Decreto n.º 57.081 de 15 de outubro de 1965, acrescendo-se-lhe a região instituida pelas seguintes zonas fisiográficas, definidas segundo as confrontações adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1963: Litoral da Bahia da Ilha Grande, Muriaé, Cantagalo e Rezende, tôdas no Estado do Rio de Janeiro; a Zona da Mata, em sua totalidade, os Municípios de Antônio Carlos, Barbacena, Desterro do Melo, Ibertioga e Santa Bárbara do Tugúrio da Zona do Campo das Vertentes, os Municípios de Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Passa Vinte e Santa Rita de Jacutinga da Zona Sul, tôdas no Estado de Minas Gerais: as zonas do Médio Paraiba, do Alto Paraíba, do Litoral de São Sebastião e da Mantiqueira em suas totalidades, bem como os Municípios de Biritiba Mirim Braz Cubas, Guarulhos, Itaquaquesetuba, Mogi das Cruzes e Salesópolis da zona fisiográfica de São Paulo, tôdas no Estado de São Paulo.

Art. 2.º A região acrescida e definida pelo artigo anterior ficará sob a jurisdição da Delegacia Regional do Rio de Janeiro — IBRAR do Rio de Janeiro, que exercerá sôbre aquela tôdas as atividades previstas pelo artigo 52 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 55.889, de 31 de março de 1965.

Art. 3.º Fica ampliado para 3 (três) anos o prazo de intervenção fixado no artigo 3.º do Decreto n.º 57.081 de 15 de outubro de 1965 a qual se exercerá sôbre a área ora acrescida.

Art. 4.º Os trabalhos do IBRAR do Rio de Janeiro, obedecendo ao Plano de Emergência a ser incluido n orespectivo Plano Regional de Reforma Agrária, envolverão tôdas aquelas atividades já previstas pelo decreto que dispõe sôbre a criação da referida área prioritária, desenvolvendo-as também sôbre a área presentemente acrescida.

Art. 5.º O serviço do Patrimônio da União, transferirá para o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, nos têrmos do artigo 9.º, inciso 1, e do artigo 10, § 3.º do Estatuto da Terra, os imóveis pertencentes à União que estejam situados na área ora acrescida e que não tenham outra destinação específica.

Art. 6.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de junho de 1966, 145.º da Independência; 78.º da República.

H. Castello Branco
Octávio Bulhões

DECRETO N.º 58.917 — DE 25 DE JULHO DE 1966

Altera os têrmos do Decreto n.º 57.932, de 7 de dezembro de 1965, que dispõe sôbre o recolhimento de diferenças de preços sôbre estoques de trigo e seus derivados e determina outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 87, item 1, da Constituição Federal decreta:

Art. 1.º Fica alterada a redação do Art. 5.º, item c, e parágrafo único, do Decreto n.º 57.392, de 7 de dezembro de 1965, que passa a ter o seguinte texto:

c) Para o Ministério da Agricultura 50% (cinqüenta por cento), sendo 25% (vinte e cinco por cento) para ocorrer aos gastos com desenvolvimento da triticultura nacional e para a participação no Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Mienrais, e 25% (vinte e cinco por cento) para ocorrer aos gastos advenientes com trabalhos e programas de pesquisa experimentação, visando ao incremento da produtividade, por hectare, da lavoura tritícola no País, especialmente no tocante ao levantamento das áreas ecológicas apropriadas; emprêgo das técnicas mais recomendadas adubação adequada; profilaxia fitossanitária, obtenção, desenvolvimento e aplicação de novas variedades de sementes e planejamento racional da mecanização;

Parágrafo único. O Banco Central da República do Brasil atenderá às solicitações para fornecimento de verbas dos titulares dos órgãos citados nas alíneas *a*, *b* e *c* dêste artigo, sendo que os recursos destinados ao Ministério da Agricultura serão depositados a ordem do Fundo Federal Agropecuário, de acôrdo com a Lei Delegada n.º 8, de 11 de outubro de 1962, sendo nas finalidades mencionadas neste decreto.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 25 de julho de 1966; 145.º da Independência e 78.º da República.

H. Castello Branco
Octávio Bulhões
Ney Braga

PORTARIA DE 28 DE ABRIL DE 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura e o Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, no uso de suas atribuições e considerando a necessidade de serem adotadas providências com o fim especial de:

a) Proceder a estudos gerais visando a estabelecer uma política geral da pecuária de corte atendendo, inclusive a necessidade de reduzir os efeitos da entressafra.

b) Estudar e sugerir medidas creditícias para a expansão da pecuária.

c) Estudar medidas capazes de aperfeiçoar o sistema de comercialização dos produtos da pecuária.

d) Acelerar os estudos das medidas de curto prazo capazes de permitir a expansão da avicultura e suinocultura;

e, considerando, ainda, que tais estudos devem ser realizados em conjunto por técnicos do Ministério do Planejamento, do Ministério da Agricultura, da Superintendência Nacional do Abastecimento, do Banco Central da República do Brasil e do Banco do Brasil, resolvem:

N.º 165 — 1.º Designar Grupo Interministerial do Trabalho para, no prazo de 45 dias, proceder aos estudos mencionados, visando a estabelecer uma política para a expansão da pecuária de corte, abrangendo medidas de curto prazo, para o desenvolvimento da pecuária, inclusive para a expansão da avicultura e suinocoltura como forma de diversificar fontes de proteina a animal.

2.º O Grupo Interministerial de Trabalho terá a seguinte constituição:

Do Ministério do Planejamento:

Vicente Uzen de Almeida
Victor Neyrauch

Carlos Bade
Do Ministério da Agricultura:

Mauricio Rangel Reis
Francisco Arinos Costa e Silva
Sylvio Wanick Ribeiro
Jorge Nova da Costa
Vicente de Paula Mendes Peloso
Mario Rache
José Francisco Guimarães
Jaime de Almeida Lins
Julio César Covelo
Miguel Cione Pardi
Hugo Mascarenhas
Hilário Henrique Fernandes
Hernani Santiago Tribuzzi

Do Banco Central da República do Brasil:

Altino Vilronga de Pinho

Da Superintendencia Nacional do Abastecimento:

Reynaldo Dias de Morais e Silva

Do Banco do Brasil S. A.

Alexandre Monteiro Caminha.

Parágrafo único. O Grupo de Trabalho será coordenado pelo Secretário Geral da Agricultura que poderá solicitar a colaboração de outras entidades inclusive de natureza privada, para a elaboração do trabalho.

Roberto Campos
Ney Braga

D.O. — 3-5-66

PORTARIA DE 23 DE MAIO DE 1966

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura

Considerando que o crédito rural, sistematizado para Lei n.º 4.829, de 5 de novembro de 1965, será distribuido e aplicado de acôrdo com a politica de desenvolvimento da produção rural do País fixada pelo Ministério da Agricultura e tendo em vista o bem-estar do povo

Considerando que caberá ao Ministerio da Agricultura papel de relevância nos estudos e planejamento na politica nacional do crédito rural;

Considerando que se torna indispensável ao aparelhamento do Ministerio da Agricultura para o exercício das novas atribuições que lhe forem cumpridas, resolve:

N.º 203 — 1.º Criar junto à Secretaria Geral da Agricultura e vinculado ao Setor de Estudos Economicos um Grupo de Crédito Rural — GCR com a finalidade de estudar, planejar e assessorar ao que concerne a assuntos relacionados com a execução da politica nacional de crédito rural.

2.º) O GCR será presidido pelo Secretário Geral da Agricultura e contará com um Conselho Técnico e um Secretaria Executiva.

3.º) O Conselho Técnico será integrado pelos seguintes membros:
Hernani Santiago Tribuzzi
Aloisio Campelo
Alexandre Caminha de Castro Monteiro
Camilo Calazans de Magalhães
Jose Ribamar de Melo
Jose Pires de Almeida
Wande Said
Winia Joachim Farberow
Ivo Pinto Ribeiro de Carvalho

4.º) O Secretário Geral da Agricultura designará responsável pela Secretaria Executiva do Grupo de Credito Rural.

5.º) Os integrantes do Conselho Técnico poderão em casos especiais, e por prazo fixo, propor substitutos eventuais, a serem designados pelo Ministro da Agricultura.

Ney Braga

D. O — 26-7-66

PORTARIA DE 3 DE JUNHO DE 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura no uso de suas atribuições, e tendo em vista a proposição do Grupo de Trabalho instituido pela Portaria n.º 87, de 23 de fevereiro de 1966, resolve:

N.º 216 — Constituir um Grupo Técnico, integrado pelos Veterinários Vicente de Paula Mendes Peloso — Mário Álvaro Rache — Ruy Brandão Vale e José Francisco Guimarães e Drs. Rubens Telechéa Clausell — Mário Vilhena e Roberto Bebiano Costa, para, sob a presidência do primeiro, realizar estudos com o fim específico de estabelecer um Plano Diretor para a avicultura brasileira, nos aspectos de produção e da comercialização fixando metas, prazos e medidas outras para sua concretização no prazo de 60 (sessenta) dias.

D.O. 13-6-66.

PORTARIA DE 22 DE JUNHO DE 1966

O Ministro do Estado dos Negócios da Agricultura, resolve:

n.º 258 — Alterar o art. 3.º e parágrafo 1.º da Portaria n.º 34, de 27 de janeiro de 1966, publicada no D. O. de 8-2-66, os quais passarão a ter a seguinte redação:

Art. 3.º O Grupo de Trabalho funcionará em local designado pelo titular da Pasta da Agricultura e será integrado pelo Superintendente da SUDEPE e representantes do Museu Nacional, CIBRAZEM, Ministério da Indústria e Comércio e do Ministerio Extraordinario do Planejafento e Coordenação Economica.

§ 1.º Caberá ao Ministro dos Negocios da Agricultura a presidência do Grupo, substituindo-o em suas ausencias eventuais aquêle que por êle fôr indicado

PORTARIA DE 28 DE JUNHO DE 1966

Os Ministros dos Negócios da Agricultura e da Fazenda,

Considerando as dificuldades atuais para uma ampla penetração da legislação no meio rural;

Considerando que só paulatinamente poderá o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA implantar uma adequada rêde arrecadadora;

Considerando os resultados parcialmente positivos em decorrência da prorrogação concedida pela Portaria Interministerial n.º 140, de 11 de abril de 1966, resolvem:

N.º 278 — Prorrogar até 30 de setembro de 1966, o prazo para o recolhimento, sem quaisquer outras penalidades, com exceção dos juros de mora, das importâncias devidas ao Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, por fôrça da Lei n.º 2.613, de 23 de setembro de 1955, recolhimento êsse que deverá ser procedido nos têrmos do Art. 13 da Lei n.º 4.862, de 29 de novembro de 1955, correspondente a débitos anteriores a 17 de julho de 1964.

Ney Braga
Octávio Gouvêa de Bulhões.

D. O. — 30-6-66.

PORTARIA DE 2 DE JULHO DE 1966

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura.

Considerando o esfôrço do planejamento regional da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Vale do Pageu, consubstanciado no Ofício SG 103-66, dotado de Afogados da Ingazeira, 20 de maio de 1966.

Considerando que as atividades daquela região incidem em cêrca de 70% em serviços agrícolas e, por conseguinte ser justa a ajuda do Ministério da Agricultura no sentido de com a referida Comissão em perfeita harmonia de entendimentos com o govêrno do Estado e com os órgãos dêste Ministério em Pernambuco, resolve:

N.º 214 — Criar um Grupo de Trabalho integrado por Dom Francisco Austregésilo de Mesquita — Bispo da Diocese de Afogados da Ingazeira e Presidente da Cimissão de Desenvolvimento Econômico do Vale do Pajeu, pelo Agrônomo Chefe do Departamento de Fomento da Produção — Campo de Monta — Dr. Evandro Cabral — e pelo Prefeito do Município de Iguaraci — Waldecyr Magalhães Arruda, a fim de efetuar estudos preliminares no sentido de sugerir a êste Ministério, dentro dos trâmites normais, as medidas que se fizeram necessárias para que se possa realizar a ajuda pleiteada no Ofício acima referido.

Ney Braga

PORTARIA DE 19 DE JULHO DE 1966

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, usando das suas atribuições, e com o objeto de especificar, em alguns casos, a Delegação de competência conferida ao Secretário Geral da Agricultura, através da Portaria n.º 716, de 28 de dezembro de 1965, publicada no Diário Oficial de 6 de janeiro de 1966, resolve:

N.º 323 — 1.º) Delegar ao Secretário-Geral da Agricultura competência para:

a) Aprovar minuta de contrato de aluguel de imóveis pelos órgãos do Ministerio da Agricultura e dispensar as licitações de concorrência em casos especiais:

b) Aprovar aquisição de veiculos e outros materiais permanentes e a dispensa de concorrência nos casos previstos na legislação em vigor (Lei número 4.401-64).

2.º) Homologar os atos praticados pelo Secretário-Geral da Agricultura a partir de 6 de janeiro do corrente ano, referentes as alineas "a" e "b" do item 1.º da presente Portaria

O Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura usando das suas atribuições e considerando o disposto na Lei n.º 5.025, de 10 de junho de 1966, Artigo 84, pelo qual o Instituto Nacional do Pinho e o Instituto Nacional do Mate passaram à jurisdição do Ministerio da Agricultura, resolve:

N.º 321 — Fica criado um Grupo Especial para estudar a fusão do Instituto Nacional do Pinho e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis

O Grupo de Trabalho será presidido pelo Secretario-Geral da Agricultura e constituido pelos seguintes membros:

Do Instituto Nacional do Pinho:

Dr. Miguel Júlio Varallo
Dr. Jose do Nascimento Ceccato
Dr. Sérgio Boisson

Do Ministerio da Agricultura:

Dr Jose Maria Belo Lisboa
Dr Victor Abdennur Farah
D Heloisa Suckow de Oliveira

3 O Grupo de Trabalho deverá concluir a elaboração do seu trabalho que abrangerá aspectos tecnicos e administrativos, no prazo de 30 (trinta) dias

D O — 28-7-66.

Cursos Práticos Agrícolas

A Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", Avenida Brasil n.º 10215, na Penha, Estado da Guanabara, realiza, anualmente, os seguintes Cursos Práticos Agrícolas: **Hortas Domésticas, Contabilidade Agrícola, Combate as Pragas e Doenças das Plantas Frutíferas, Máquinas e Aparelhos de Defesa Sanitária Vegetal, Máquinas e Motores Agrícolas, Cooperativismo Rural, Enxertia e Citricultura.**

Os Cursos inteiramente gratuitos são ministrados na sede da Escola mantida pela Sociedade Nacional de Agricultura e têm a colaboração da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura e do Fundo Federal Agropecuário Os referidos cursos são acessíveis a todos, independentemente de idade, sexo, nivel cultural, profissão, etc.